

JORNAL PORTUGUÊS

n.º 3.4
Dez. 73



DIRECTOR ROBERT DAVEZIES
BOITE POSTALE N.º 52 - 75660 PARIS CEDEX 14

PREÇO DE CADA JORNAL

França	1,50 Frs
Alemanha	1,50 Marcos
Holanda	1,50 Florins
Bélgica Luxembourg	15 F.B.

mensal

neste número:

* AS CIRCULARES FONTANET - GORSE *

somos emigrantes ... ou escravos ?

Ainda há bem poucos anos, a emigração clandestina dos trabalhadores portugueses para França era encorajada pelo governo e pelos patrões. Com efeito, a O.N.I. (Ofício Nacional de Emigração) criado em 1946, não conseguia fornecer mão-de-obra estrangeira que respondesse as necessidades dos patrões. O governo francês resolveu então deixar « importar » livremente milhares e milhares de trabalhadores estrangeiros.

A partir de 1968, a crise económica que existia em França agravou-se, e o desemprego atingiu rapidamente 800.000 trabalhadores. Por outro lado, os patrões aperceberam-se que os trabalhadores emigrantes, que tinham a fama de serem dóceis e fáceis de explorar, tomavam, cada vez mais, parte activa nas lutas nas fábricas, exigindo melhores condições de trabalho e de salário, como por exemplo as lutas dos

trabalhadores emigrantes de Penarroya e Girosteel.

O governo para fazer acreditar à opinião pública francesa que podia resolver o problema do desemprego, decidiu limitar a emigração para França e para evitar os movimentos de revolta entre os trabalhadores emigrantes pôs de pé toda uma série de novos meios para melhor controlar todos aqueles que já estavam em França e para melhor seleccionar todos os que pediam para vir.

QUAIS SÃO ESSAS NOVAS MEDIDAS ?

A partir de 1970, o governo francês voltou-se para os países exportadores de mão-de-obra para acordar com eles as novas regulamentações a aplicar à emigração. Nesse ano, são assinados os acordos: franco-argelino e franco-português.



GUINÉ independente
despedimentos
novas regras

desertores
falam

manifestações
anti coloniais

a luta dos
Palestinos

ELEIÇÕES
para quê?

o Centro
Outubro

LIP

Lagny:
o trabalho
assassina



EDITORIAL

O JORNAL PORTUGUÊS propõe-se ser um instrumento eficaz de união e de luta dos trabalhadores portugueses emigrados em França e na Europa. Este o princípio que nos rege.

Em toda a Europa somos mais de um milhão.

Os objectivos do nosso jornal, feito por emigrados para emigrados, jornal de informação popular e democrática, são exactamente a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados, contra o isolamento social, cultural e político, contra a opressão imposta pelo capitalismo, pelo avanço da consciencia de classes, e por um processo unitário e de ligação dessa consciencia de classe entre a emigração e o interior de Portugal.

Um jornal como o Jornal Português, independente de organizações ou partidos, não beneficiando portanto nem de militantes já organizados, nem de fundos que o sustentem, só pode existir, neste periodo inicial, baseado nas suas próprias forças, isto é, no colectivo responsável e, em seguida, no alargamento progressivo dessas forças.

Assim, após dois numeros, fomos obrigados a uma reflexão e a uma reestruturação necessárias, analisando os aspectos positivos e criticando os negativos, alargando o nosso colectivo, aperfeiçoando os métodos de trabalho, reforçando a nossa irradiação.

Aquí reside o ponto essencial.

O J.P. pertence aos próprios trabalhadores, depende deles e existe para eles. O J.P. nunca poderá ser um jornal fechado sobre si mesmo, nem um negócio financeiro ou político.

Quer dizer, o J.P. só pode existir pela iniciativa dos trabalhadores, nos seus locais de trabalho, de habitação e de associação, quer com notícias, críticas e sugestões, quer participando na difusão do jornal.

É este o sangue de um jornal popular e democrático.

Apelamos para a colaboração activa dos trabalhadores emigrados no combate que travamos para que o J.P. seja uma arma eficaz de libertação das classes trabalhadoras portuguesas e do movimento democrático e popular.

O Colectivo do J.P., responsável perante os seus leitores e assinantes por uma ausência de cinco meses, pelas razões acima apontadas, tem a apresentar-lhes as suas desculpas e a manifestar-lhes a sua firme intenção de prosseguir o seu caminho, contando com uma colaboração e um apoio renovado da sua parte.

CORREIO DOS LEITORES

(...) O jornal é bom. E como ser bom não é dizer tudo, quero dizer que é um jornal que há muito deveria estar feito. Com respeito às informações de problemas franceses, está bem: Educação sexual, informações sobre higiene médica, também tudo o que é informações é bom.

Sobre o que se passa em Portugal, são muito importantes os vossos artigos. Só que deviam ser escritos com outras letras, tipografia diferente da dos jornais da esquerda portuguesa, P.C., Avante e outros, etc. Ter um bom jornal sem as iniciais do martelo e da foice é um passo em frente, pois se o medo de ler e de ter um jornal com martelo e foice não está no consciente está no subconsciente. Há muito que tinha pensado num jornal assim. O título não podia ser mais indicativo. Até se na primeira página houvesse qualquer coisa que falasse de futebol seria mais fácil a sua distribuição. Isto no princípio.

Só há uma coisa de que não gostei: é sobre o colonialismo. Só tenho esta frase na mente « os patriotas fizeram pesadas baixas ao exército português » (já não me recordo bem como era). Isto não devia ser informado dessa maneira; o exército português é constituído por pessoas portuguesas, não falo no oficiais chicos, mas sim nos soldados, eles são o povo português, e eu não fico satisfeito que eles morram, não estou a favor do colonialismo, mas custa-me ler isto. Eu devo estar a ser paternalista, mas isto por carta é difícil de dizer. Com respeito ao local que pretendemos e para quê? Primeiro contar um pouco de historia sobre uma grande cidade. Nível de vida caro. Muito industrializada. Muito « bâtiment » em construção. Grande concentração de portugueses, um pequeno Portugal mesmo. Actividades culturais para portugueses, nada. Existe uma associação de portugueses, ou melhor para portugueses, quem dirige são franceses, quem paga as quotas são os portugueses. Uma associação que da aulas de francês a estrangeiros, três vezes por semana.

Procuramos conseguir uma casa, concentrar portugueses, tentar fazer festas de estilo Português, cantares do povo como, por exemplo José Afonso, Padre Fanhais, etc. Até canções modernas, poesia, um pouco de teatro, e mesmo cinema. Tudo feito de maneira que a malta viesse e não fugisse logo à primeira (...)

N....



« Já cá estou há um mês em França e ainda não consegui arranjar trabalho. Eu estou numa situação muito desesperada; primeiro porque sou refractário, segundo porque estou em França há um mês e não tenho qualquer documento que me permita cá estar.

Portanto peço-vos agradecidamente o favor de me ajudarem. Pois se isto assim continua terei que voltar para Portugal e terei que servir o exército fascista português.

Muito obrigado por tudo o que puderem fazer por mim.

F.A. ... (de Paris).

RESPOSTA

A redacção do Jornal Português teve a ocasião de responder directamente a este leitor. Tivemos a ocasião de afirmar em particular, o seguinte:

« Infelizmente não podemos resolver pessoalmente os problemas de trabalho e papéis. No entanto há certos organismos que se ocupam da informação e resolução de problemas como o que apresenta. Como por exemplo, o Serviço de Ajuda aos Emigrantes, 391, rue de Vaugirard, 75015 Paris (metro: Convention), onde há interpretes portugueses. Ou então a Cimade, 176, rue de Grenelle, 75007 Paris (metro: Latour-Maubourg). Por outro lado no nº 1 do Jornal Português já demos algumas informações gerais sobre a questão dos refractários em França e forneciamos algumas direcções sobre os grupos de apoio aos desertores e refractários ».

Neste número, voltamos a falar em detalhe das novas leis que regulam a emigração e damos a palavra a um grupo de desertores e refractários. Todos os leitores que possuam informações e outras ideias sobre a questão, poderão enviá-las ao jornal que as publicará nos números seguintes. O jornal deverá servir a pôr em relação os trabalhadores e a criar meios de entre-ajuda.



Caros camaradas,

De Berlim, onde me encontro em tratamento, envio-vos os meus votos de continuação de bom trabalho e agradecimento pelo número do vosso jornal que enviaram. Por ele ficamos cientes do que se verificação em Portugal.

Saudações revolucionarias.

A.M. República Popular do Congo.

Recebemos as seguintes publicações e jornais amigos:

«A FRONTEIRA», «A BATALHA» (Alemanha), «GUERRA À GUERRA» (Suécia), «O TRABALHADOR» (Bélgica), «O ALARME» (Grenoble), e «ALAVANCA» e «A SEMENTEIRA» (Centro Outubro-Paris). A todos as nossas saudações democráticas.

AS CIRCULARES FONTANET-GORSE

ORA, O QUE PREVÊ O ACORDO CAETANO-POMPIDOU ?

— O número de emigrantes portugueses é limitado a 65.000 trabalhadores por ano. Isto representa uma diminuição importante da emigração. Segundo a O.N.I., em 1970, entraram 90.000 portugueses em França e este número está longe de traduzir a realidade, porque não conta todos os trabalhadores que entraram clandestinamente. Depressa nos demos conta das consequências de tal acordo : em 1972 a emigração portuguesa diminuiu de 50 % em relação a 1971.

— O acordo limita também a idade para emigrar : até aos 45 anos para os trabalhadores agrícolas, até aos 35 anos para os trabalhadores das minas e 40 anos para todos os outros empregos. O patronato põe de lado todos aqueles que já não têm idade para dar o melhor rendimento.

— Mas o ponto mais importante do acordo é a obrigação para todos de emigrar com um passaporte. Sem passaporte é impossível assinar um contrato em Portugal. É por isso que uma boa parte dos trabalhadores continuou a emigrar clandestinamente, porque não podiam preencher todos as condições que lhes impunham. Uma vez chegados a França, uns puderam regularizar a sua situação, muitos outros foram obrigados a dar meia-volta. Ou porque não encontravam patrão, ou quando o encontravam porque a polícia se recusava a dar-lhes o « récépissé ».

Com este acordo não é só o governo francês que tira vantagens, mas também o governo português. Senão, vejamos : a falta de mão-de-obra em Portugal levava a um aumento de salários. Limitando assim a emigração e indo buscar trabalhadores a Cabo Verde, o problema « resolvia-se » duma outra maneira. Assim, continuará a existir uma reserva de desempregados que é necessária para não serem obrigados a aumentar os salários. Os interesses dos capitalistas dos dois países são assim plenamente satisfeitos.

A CIRCULAR FONTANET

Mas os acordos não eram mais do que uma etapa. Em Fevereiro de 1972, os ministros do Trabalho e do Interior publicavam a circular Fontanet-Marcellin.

No número 1 do nosso jornal, já tivemos ocasião de falar destas circulares. Recordemos no entanto os seus aspectos principais :

1. Para os trabalhadores que querem vir para França

Antes de obter a autorização de trabalhar em França, é preciso passar pela Agência Nacional de Emprego (A.N.E.). Se o trabalhador é aceite pela A.N.E., e para isso é necessário que haja lugares vagos na profissão que pede, deve em seguida assinar um contrato de um ano com um patrão francês que se compromete a fornecer-lhe um alojamento « decente ». Como o alojamento depende do patrão, isto quer dizer que mesmo a vida privada do trabalhador poderá ser controlada. A todo o momento podem pôr na rua o trabalhador,

sob pretexto que o alojamento não é suficientemente « decente ». Da mesma maneira, exigir que o patrão forneça o alojamento, quer dizer que se torna praticamente impossível trazer a família consigo. Durante o primeiro ano em França, é o contrato que serve de carta de trabalho e de « séjour ».

Em seguida, as duas cartas terão o mesmo tempo de duração. Uma vez que queiram mudar de empresa ou de trabalho, a A.N.E. pode recusar a fazê-lo e então ficarão sem carta de trabalho e, por conseguinte, sem carta de « séjour ». Nessas condições, haverá expulsão.

2. Para os trabalhadores que já estão em França e que querem renovar os papeis.

Devem apresentar-se à polícia com as duas cartas, em troca passam-lhes uma autorização provisória de estadia, válida por três meses.

Nestes casos é necessário igualmente obter um aviso favorável da polícia e da mão-de-obra (D.D.T.M.O.) para renovar os papeis. A Perfeitura, por razões de ordem pública, e a Mao-de-Obra, por razões que têm a ver com a situação no mercado de trabalho, podem recusar renovar as cartas.

Nesse caso, o dossier é arquivado e o trabalhador não tem outra solução senão deixar a França.

Acabaram-se as expulsões, agora com a Circular Fontanet pode pôr-se fora da França todo o estrangeiro que seja indesejável e . . . isto coberto pela lei !

Igualmente torna-se completamente impossível a um trabalhador estrangeiro mudar de profissão. Ele está condenado a manter sempre a mesma qualificação profissional, quer dizer não poderá melhorar a sua situação.

3. Para os trabalhadores que vieram clandestinamente ou com um passaporte de « turista ».

Para regularizar a situação, esses trabalhadores devem apresentar-se à polícia com uma promessa de trabalho de um patrão que se compromete a fazer-lhes a carta de trabalho e encontrar-lhes um alojamento « decente ». Se o dossier é recusado, não há nenhuma possibilidade de recurso. A circular precisa que os interessados devem pedir empregos de serventes (main-d'oeuvre) ou O.S. para que possam regularizar a sua situação. As possibilidades são ínfimas.

O governo francês pretendia com esta circular « proteger os assalariados estrangeiros » e « simplificar a papelada ». Na realidade os trabalhadores aperceberam-se rapidamente que, ao contrário, ela pretendia pôr em causa os direitos mais elementares :

— ao fim cada contrato, qualquer trabalhador pode ser posto na rua por razões profissionais, sindicais, políticas ou simplesmente porque esta « a mais », sem poder defender-se ;

— não pode mudar a sua situação, porque lhe é vedado passar a uma categoria profissional superior ;

— depende constantemente das decisões que pode tomar a polícia, porque esta se ocupa da emigração e tem todo o poder arbitrário de recusar ou não os papeis ;

— é entregue, de pés e mãos atados, ao patrão, porque é dele que depende o trabalho e o alojamento.

Trata-se de um autêntico contrato de escravidão.



Fernando Manuel Ramos,

VÍTIMA DO RACISMO

O racismo contra os trabalhadores emigrados apresenta-se por vezes com a cara de assassinos como se passou com o operário português Fernando RAMOS. Os assassinos, membros supostos de uma organização fascista francesa, continuam à solta. Uma vez mais vemos a necessidade vital de os trabalhadores emigrados se organizarem não só para a defesa dos seus direitos, como também para a defesa das suas vidas !

Fernando RAMOS tinha 25 anos e trabalhava como « maçon » num bâtiment de Ivry. Na noite de 2 de Junho encontrava-se no cais Jules-Guesde, em Vitry, sul de Paris, quando de um automóvel saíram 3 indivíduos que logo atacaram Fernando RAMOS sem nenhum motivo anterior de disputa. Para escapar à agressão F. RAMOS tentou fugir pelo rio Sena, mas depressa perdeu pé e se afogou. O seu corpo foi retirado do rio uma hora depois pela polícia.

Este crime que é mais um reflexo do clima de violência fascista contra os trabalhadores emigrados levantou largos protestos de organizações francesas e portuguesas e de trabalhadores emigrados. O jornal « O Alarme » dos trabalhadores portugueses de Grenoble lançou uma campanha de recolha de fundos de ajuda à família de Fernando RAMOS. Todas as ajudas devem ser enviadas para « ALARME » — Campanha de Solidariedade Fernando Ramos - 22, village du Rif - 38640 - CLAIIX.

MORRER A TRABALHAR EM LAGNY

Mais de um milhão de acidentes de trabalho em 1971 — 4.000 mortos no « bâtiment » — três mortos em média por dia ; (estatísticas oficiais necessariamente muito abaixo da realidade).

Não estamos aqui para falar de estatísticas, mas dos acidentes de que são vítimas os trabalhadores portugueses.

Um exemplo : em maio último, próximo de Caen, cinco portugueses que trabalhavam na construção dum viaduto foram esmagados sob cento e vinte toneladas de betão. Para o patrão a morte de 5 operários é uma questão

O QUE REPRESENTA VERDADEIRAMENTE ESTA CIRCULAR ?

Para os patrões é uma arma para dividir os trabalhadores emigrantes entre eles. A circular é aplicada com mais ou menos rigor, segundo as nacionalidades. E para dividir também os trabalhadores estrangeiros e os trabalhadores franceses. Para os emigrantes é uma forma moderna de escravatura. Encontram-se dependentes e ligados ao patrão, como antigamente o escravo ao seu dono, e submetidos a todas as arbitrariedades, quer vindas do patrão, da administração como da polícia.

CONTRA A CIRCULAR FONTANET OS TRABALHADORES EM LUTA

Logo que a circular foi publicada, os advogados do GISTI denunciaram o seu carácter ilegal : ela não respeita os princípios gerais da liberdade de trabalho, de emprego e da circulação.



Trabalhadores emigrantes grevistas da fome

Mas foram sobretudo os trabalhadores arábicos que desencadearam as primeiras lutas contra esta circular. Foram 150 a fazer greves da fome em toda a França, em Valence, Marseille, Toulon, Mulhouse e em Paris, para exigir a carta de trabalho. Outros emigrantes desencadearam greves nas fábricas para obter os papéis. Mais tarde foram organizadas manifestações de rua. Três trabalhadores emigrados : um tunisino, um marroquino e um português (António da Silva, O.S.2 na Renault-Billancourt) pediram ao Conselho de Estado a anulação desta circular. António da Silva, após ter explicado o que era a situação do trabalhador emigrante antes da saída da circular, declarava :

« Agora tudo mudou. Conheço outros operários emigrados que chegaram há pouco tempo. Em vez de uma carta de trabalho, têm um contrato. Agora já não podem mudar de patrão, eles não têm a liberdade de trabalho. Desde o momento em que um trabalhador acaba um contrato, não tem a possibilidade de o renovar e é obrigado a voltar ao seu país. Quando se é emigrante sob contrato não se pode fazer greve. O que resta do direito de greve, logo que há duas espécies de operários : aqueles que a podem fazer e aqueles que não podem ? »

Se o operário emigrante é escravo, o operário francês sê-lo-a brevemente. Quando deixou de haver o simples direito de mudar de patrão, o que resta dos direitos do homem ? »

As lutas dos trabalhadores emigrados obtiveram algumas vitórias parciais. A situação de numerosos trabalhadores pôde

ser regularizada. Mas sobretudo, perante a determinação dos emigrantes, o governo foi obrigado a recuar : adiou a entrada em vigor da circular e prometeu algumas modificações.

A CIRCULAR GORSE

Finalmente, em 14 de Julho de 1973, o novo ministro do Trabalho, Gorse, tornou públicas as novas medidas para a regularização dos estrangeiros.

Relativamente à circular Fontanet nada mudou, antes pelo contrário, o novo ministro anuncia que é preciso tomar disposições « em vistas de restabelecer o controle do Estado sobre a emigração e assegurar o respeito estrito da regulamentação em vigor ». Segundo este novo texto, os trabalhadores em situação irregular e que entraram em França depois do 1º de Junho de 1973, tinham até 30 de Setembro que regularizar a sua situação.

As modificações são, no final de contas, bem ligeiras e só tem em consideração alguns

por menores que por vezes são de aplicação impossível :

— o prazo para a regularização, que estava previsto até 30 de Setembro foi mais tarde adiado até 31 de Outubro ;

— querer regularizar a situação dos emigrantes que se encontravam desde há longos meses « clandestinos » é esquecer, voluntariamente, que na sua maioria estes trabalhadores trabalham para patrões habituados a empregar uma mão-de-obra que não declara, nem estará disposto a mudar de prática .

O Ministério do Interior calculava em 60.000 o número de trabalhadores em situação ilegal até ao 1º de Junho. De Junho até 31 de Outubro, data limite para essa regularização, foram tratados os casos de 40.000 trabalhadores. Haverá, portanto, muitos outros para quem nada mudou.

AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS DESERTORES E REFRACTÁRIOS

Estas circulares começaram a ser aplicadas ao conjunto das nacionalidades que constituem os três milhões e meio de emigrantes em França. As consequências para os emigrantes, portugueses em particular, são de varia ordem. Se elas representam uma limitação considerável da emigração clandestina que era o grosso da emigração portuguesa, se elas reforçam o controle policial dadas as boas relações entre as polícias dos dois países, a principal consequência toca a emigração forçada, os jovens desertores e refractários do exército colonialista.

Tanto o acordo franco-português de 1970, como a Circular Fontanet servem os interesses do governo de Caetano, impedindo a entrada em França dos jovens que querem desertar do exército, mas impedindo também que seja recusada a renovação dos documentos aos desertores e refractários que já se encontravam em França. Esta é uma das graves consequências destas leis que toca milhares de jovens e respectivas famílias.

Desde o início das guerras coloniais, o número de jovens portugueses que entram em França não tem deixado de aumentar. Segundo as estatísticas da O.N.I. (que normalmente têm tendência a diminuir) em 1962 entraram 2.100, em 1967 entraram 5.600 entre os 18 e os 23 anos de idade. Em 1971 chegaram 12.000, quer dizer, representavam cerca de 19% do total dos emigrantes saídos de Portugal nesse ano. Em resumo, até 1971, estariam em França segundo as estatísticas da O.N.I., cerca de 82.000 refractários e desertores do exército colonialista.

Apesar de todas as restrições que impõem, tanto a Circular Fontanet como os acordos franco-portugueses, existe para todos os desertores e refractários uma possibilidade legal de serem acolhidos em França.

Eles estão no direito de beneficiar do « refúgio político » tal como ele foi defendido pela Convenção de Genebra de 1951. O « refugiado », tal como prevê a Convenção a qual a França aderiu, é toda a pessoa « receando com razão ser perseguida devido à sua raça, à sua religião, à sua nacionalidade, à sua pertença a um certo grupo social ou devido às suas opiniões políticas e se encontre fora do país onde é originário ».

O caso dos desertores e refractários portugueses corresponde exactamente à definição do « refugiado », mas o governo francês recusa reconhecê-los como tais e fazê-los beneficiar de todos os direitos a que têm direito, como a protecção e o direito de viverem na sua terra de asilo. Entre os 100.000 desertores e refractários que se encontram actualmente em França, só uma ínfima minoria beneficia do estatuto de refugiado. Em 1972 havia um total de 248 refugiados para uma emigração total 743.000 portugueses em França, enquanto que na mesma altura os refugiados polacos eram 13.165 para uma população total de 95.100 pessoas.

Durante 1972, a O.F.P.R.A. (recusou mais de 20% dos pedidos de refúgio, que lhe foram endereçados pelos portugueses).

Estes números mostram claramente que o governo francês age consoante os gostos : quando se trata de refugiados vindos de leste, dos regimes que se dizem socialistas, a França acolhe-os de braços abertos, mas quando se trata de jovens portugueses que chegam de um país abertamente fascista não lhes dá qualquer protecção, quando não os põem fora de França... com pontapés no traseiro.

O comportamento do governo francês compreende-se bem, quando se sabe que ele está directamente interessado na guerra colonial e que é o principal fornecedor de armas do exército de Caetano para assassinar os povos das colónias.

Os capitalistas dos dois países dão-se as mãos e têm as melhores relações ao nível do comércio, como a nível político e militar. Os acordos passados entre os dois países capitalistas fazem-se sobre as costas dos trabalhadores, para melhor os poder explorar e oprimir.

Liancourt

SICCARDI: UM EXEMPLO

Os ateliers SICCARDI de Villeneuve le Roi (Val de Marne) constituem um bom exemplo da maneira como o patronato francês explora a mão-de-obra estrangeira ao abrigo das boas leis em vigor. Com efeito, dando a impressão de respeitar inteiramente as novas disposições que prevêm a Circular Fontanet, o patrão desta empresa a exemplo de tantas outras; sabe tirar o melhor partido destas novas leis.

SICCARDI tem por hábito ir directamente a Portugal contratar os seus operários. Ele ocupa-se pessoalmente junto da Junta Nacional de Emigração da escolha e do contrólê dos novos elementos que virão trabalhar nos seus ateliers de Villeneuve le Roi e de Liancourt.

Esta maneira de agir não é original, outras empresas tais como Citroën, tem os seus agentes em Lisboa que exigem do governo português o fornecimento de mão-de-obra em quantidade, qualidade e ao melhor preço. Estes agentes com a colaboração das autoridades locais apreciam os candidatos, verificam a idade, a resistência física o volume dos músculos, o estado de saúde. Esta fase, é o que eles chamam pudicamente de « exame médico ». Anteriormente, o governo português garantiu a estas empresas que o material humano que lhes oferece são « bons trabalhadores » com os quais não haverá surpresas. O patronato francês aprecia sobretudo os « bons trabalhadores portugueses » que trabalham duro, são bons cidadãos, aguentam sem abrir o bico as piores condições de trabalho. O governo português lá esta para garantir-lhe que o material que vende é « bon português » cordeiro, docil e que soube cumprir « o seu dever para com a pátria ».

O Passaporte que a PIDE lhes passou é uma prova que o trabalhador « mereceu » a honra de emigrar, porque até aí soube cumprir bem os seus deveres.

Em pleno século XX, nós assistimos ao mesmo tipo de venda de homens, como os portugueses fizeram pela primeira vez na história com os povos africanos no século XV, só com uma diferença é que os escravos de ontem ficavam ligados por toda a vida ao seu dono que tinha sobre eles o direito de vida e de morte, enquanto que os escravos de hoje têm aparentemente a liberdade de escolher e de mudar de dono quando lhes apetecer.

Nos princípios de Outubro, os ateliers SICCARDI de Liancourt, recebiam uma fornada de 60 trabalhadores portugueses contratados em Portugal nestas condições.

Segundo a aplicação da circular Fontanet, os trabalhadores foram contratados no país de origem conhecendo o seu salário, a profissão, a duração do contrato e as condições de alojamento. Durante um ano, sabem que a empresa vai empregar na qualidade de O.S., ao salário horário de 5,70 F, alojados num lar com 100 trabalhadores a pagarem 180 F por mês e com uma cantina a 9 F a refeição.

No entanto a realidade será bem diferente. Ao fim de 15 dias de trabalho dos 60 operários, 3 deles voltam imediatamente a Portugal desgostosos e sem saber o que fazer. Os outros exitam, procuram protestar junto das autoridades da emigração. Ameaçam-nos de os pôrem na rua. Dois operários jugoslavos vindos em condições idênticas, dirigem-se à O.N.I. para pedir explicações e exigir que o contrato seja efectivamente respeitado. SICCARDI é posto ao corrente e despede-os imediatamente. A um momento dado, o conjunto dos trabalhadores portugueses projectam fazer greve e tomam os primeiros contactos com os operários franceses. A direcção posta ao corrente de tal iniciativa faz saber cinicamente que « os emigrantes com um contrato não têm o direito de fazer greve. Que são obrigados a cumprir o contrato até ao fim, tal como está combinado. Senão, arriscam-se a ir para a rua e ficam sem papéis e sem alojamento ».

Ora afinal, o que procuram os trabalhadores emigrantes é que SICCARDI cumpra o que esta estabelecido no contrato. « Somos tratados pior que escravos, como objectos, declara António X. . . um dos 3 operários que voltaram a Portugal. Quando fazemos o mínimo gesto de protesto oferecem-nos porrada. Um de nós levou já uma bofetada dum dos chefes . . . ».

E António X. . . faz um balanço rápido das condições de vida e de trabalho na empresa: « As cadências são insuportáveis. Trabalhamos por vezes 10 a 12 h por dia e afinal não se vê nada na « paye ». O alojamento é pior que uma corte. Não podemos ter nada nos armários do « foyer ». A comida na cantina é cara e má.

Afinal entre o que está escrito no contrato e o que viemos encontrar aqui, não há nada que se assemelhe ».

António X. . . concluiu: « Eu não sei o que hei-de fazer, senão voltar para Portugal, porque não posso aguentar mais isto . . . Os outros só têm vontade de fazer o mesmo ».

No dia 6 de Novembro, António X. . . e outros dois camaradas de trabalho, abandonam os ateliers SICCARDI. Sem alojamento e sem papéis, isolados e desgostosos, não vêm outra solução senão regressar ao país.

E SICCARDI continuará a impôr um salário de miséria um alojamento pior que uma barraca num bairro da lata a 180 F por mês, cadências infernais, sabendo que ao mínimo gesto de revolta bastará ameaçá-los de os pôr na rua, para saber que tudo entrará na ordem.

A circular Fontanet garante-lhe que, a vida de escravo que oferece aos emigrantes, estará coberta pela lei. Por sua vez, o governo francês continua a apregoar aos quatro ventos que não senhor, que as novas leis só servem a « regularizar a emigração » e a garantir condições de existência humanitárias aos trabalhadores emigrantes . . .

Até quando este estado de coisas ? . . .

LAGNY

de pouca sorte, e segundo um dos Senhores Engenheiros: habitualmente não há mais de dois mortos por viaduto.

Ora os trabalhadores emigrados são os mais atingidos porque não receberam preparação suficiente para certas tarefas, mas sobretudo porque a segurança no trabalho não é suficiente, ou por falta de equipamento necessário, ou por falta de indicações, e porque acima de tudo é preciso trabalhar depressa, para um maior rendimento da produção, por vezes com a miragem das « primes ».

Como dizia um inspector do trabalho: se fossemos a condenar todos os patrões culpados de matar operários por negligência, haveria tantos patrões nas prisões como nos « bureaux ».

BAILLY-ROMAINVILLIERS é uma pequena aldeia próximo de LAGNY no departamento de Seine et Marne. O trabalhador português Herculano da SILVA MAREA de 27 anos, ali habitava com sua família mulher e 4 filhos de 9, 7, 3, e 2 anos de idade. Nos escrevemos habitava porque Herculano da SILVA MAREA em Agosto último morreu num acidente de trabalho.

A mulher e os filhos continuam a viver em BAILLY-ROMAINVILLIERS. Fomos vê-los.



A viúva contou-nos como o seu marido tinha vindo ha 4 anos para França ganhar o seu pão. Em Portugal viviam em LONGA TABUACO distrito de VILA REAL em Trás-os-Montes. Há um ano família veio juntar-se-lhe.

Herculano da SILVA MAREA havia um ano que trabalhava em LAGNY numa pequena empresa. Eram 3 operários no fundo de uma vala de 3 metros de altura a pôr os canos de esgoto. Não era a primeira vez que a terra se soltava e lhes caía em cima, três vezes a terra desabou. A última foi fatal. « ó mulher um dia destes não volto para casa » dizia várias

vezes Herculano da SILVA quando regressava do trabalho. Um operário português morreu vítima do trabalho e deixou mulher e 4 filhos em situação desesperada. A viúva não trabalha não tem nenhuns meios de subsistência e neste mês nem sequer recebeu o abono de família. Terá que esperar ainda largos meses para receber a pensão de acidente de trabalho a que tem direito.

Lançamos aqui um apelo de ajuda a família de Herculano da SILVA MAREA. Uma colecta de donativos vai ser feita pelo colectivo do Jornal Português e todas as ajudas podem ser enviadas para o Jornal Português - B.P. 52 - 75660 PARIS CEDEX 14 ou directamente para o C.C.P. 30458 24 La Source com a indicação de colecta Herculano MAREA.

NOVAS REGRAS DE DESPEDIMENTO

Entraram em aplicação novas regras para os casos de despedimento. A lei de 13 de Julho e o decreto de 10 Agosto de 1973, são os textos que regulamentam os casos de despedimento e trazem algumas modificações ao que até agora estava em uso. Se bem que no essencial o patrão continue a manter o direito feudal de poder pôr na rua os assalariados como e quando muito bem lhe apetercer, esta nova lei traz alguns melhoramentos que convém conhecer e fazer respeitar.

Esta lei não se aplica aos casos seguintes, para os quais existem outras regras :

- despedimentos colectivos por razões económicas,
- os contratos de trabalho com duração limitada,
- os despedimentos de delegados,
- as mulheres grávidas.

Da mesma maneira, nada mudou para o caso das pequenas empresas com menos de 11 assalariados.

Os pontos fundamentais desta nova lei podem ser resumidos da seguinte maneira :

1. PRE-AVISO DE DESPEDIMENTO

Até 6 meses de casa, não há pré-aviso. De 6 meses a 2 anos : 1 mês. A partir de 2 anos de casa : 2 meses.

2. INDEMINIZAÇÃO DE DESPEDIMENTO

Logo que o assalariado trabalha há mais de 2 anos na empresa, deve receber como indemnização 20 horas ou 1/10e do mês (conforme é pago à hora ou ao mês) por cada ano de presença. Se o patrão o despede por falta grave, que ele deve provar, então pode recusar-se a pagar a indemnização. Em todos os casos, o assalariado tem direito às férias pagas (congés payés) proporcionais ao tempo de trabalho efectuado na empresa desde o 1 de Junho anterior. Para os « congés payés » deve também contar no calculo o tempo de pré-aviso quer ele tenha trabalhado ou não. (Para os assalariados da construção civil e dos trabalhos públicos que dependem da caixa dos « congés payés », e a « folha azul » que indica a soma a receber).

3. FORMALIDADES A RESPEITAR

PELO PATRÃO

Para o caso dos assalariados com menos dum ano de casa, ou que trabalhem numa empresa com menos de 11 assalariados, nada mudou. Isto é, o patrão limita-se a enviar uma carta registada com aviso de recepção, a anunciar o despedimento. Para os assalariados com mais dum ano de casa que trabalham numa empresa com 11 assalariados no mínimo, o patrão deve começar por convocar o assalariado para uma entrevista, enviando-lhe uma carta registada a indicar-lhe as razões dessa entrevista. No decorrer desta, o assalariado pode fazer-se acompanhar por uma pessoa da sua confiança pertencente ao pessoal da empresa. O patrão deve então anunciar-lhe os motivos pelos quais pretende despedi-lo e deve escutar as explicações do assalariado. Depois desta entrevista, o patrão deve enviar-lhe uma carta registada com aviso de recepção informando-o do despedimento. Esta carta só podera ser enviada um dia franco depois da entrevista. No momento da recepção da carta, começa a contar o tempo do pré-aviso. O assalariado pode pedir por escrito as razões reais do seu despedimento, à qual o patrão deve responder no prazo de 10 dias por carta registada com aviso de recepção.

4. O RECURSO EM TRIBUNAL

No dizer da lei, o patrão deve invocar para despedir um assalariado um motivo « real e sério ». Esta é a grande novidade da nova lei. Até agora o patrão não era obrigado, mesmo em tribunal, a invocar os motivos que o levaram a despedir alguém, e ao contrario, era ao assalariado de arranjar as provas em tribunal para mostrar que o despedimento era abusivo. Agora o patrão é obrigado a dar o motivo do despedimento e, é aos juizes dos tribunais de apreciarem se o motivo é na verdade « real e sério ». De qualquer maneira, e na melhor das hipóteses,

as sanções que preveem a lei são bem ligeiras. Em caso de conflito, o assalariado deve dirigir-se ao tribunal de trabalho (prudhommes) ou caso não exista na região, ao tribunal de instância.

Mas o melhor ainda, é arranjar maneira de organizar a luta no seu lugar de trabalho com o conjunto dos outros camaradas contra os despedimentos. A luta paga, enquanto que os tribunais...

FORUM EM ORLEANS



Nos dias 14, 15 e 16 de Setembro realizou-se em Orléans um Forum Internacional sobre « Os Direitos do Homem em Perigo ».

Organizado por grupos de inspiração cristão-progressista como « CIMADE », « VAUGIRARD 46 », « ECHANGES ET DIALOGUE », « TEMOIGNAGE CHRETIEN », etc., teve a participação de mais 400 militantes de vários organismos e grupos como « LUTTE OCCITANE », « FRERES DU MONDE », « COMITE INTERNATIONAL PALESTINE », « COMITE IRLANDA », « AMNESTY INTERNATIONAL », « ATHENES PRESSE LIBRE », « CHOISIR », etc.

Portugal estava representado pelo MTPE (Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados) pelos dois Comités de Desertores de Paris e pelo *Jornal Português*. A nossa participação foi activa nomeadamente em duas comissões - « Os direitos do homem na Europa » e « Trabalhadores Imigrados ».

Numa das noites do Forum participaram os cantores portugueses José Mario Branco e Luís Cília, com grande êxito.

A propaganda dos problemas foi longa e varias moções foram aprovadas pelo Forum.

Publicamos as mais importantes :

« Os grupos e as associações presentes no Forum denunciam a cumplicidade do governo imperialista francês com o regime colonial-facista português na opressão do povo português e na guerra de genocídio em Angola Guiné e Moçambique ;

Denunciam energeticamente os acordos económicos (pilhagem das riquezas das colónias portuguesas, investimentos - Barragem de Cabora Bassa, apoio diplomático e sobretudo o importante apoio militar como fornecedor de armas para a guerra de genocídio contra a justa luta de libertação dos povos de Angola, Guiné-Bissau et Moçambique ; propõe-se dar a conhecer e a apoiar a justa luta revolucionária do povo português, a fim de isolar o governo fascista e colonialista português ».

« O Forum de Orléans, ao corrente da situação precária dos desertores e refractários portugueses pede a adopção das medidas seguintes :

Considerando que a ONU condenou várias vezes a guerra colonial portuguesa em África, o estatuto de refugiado político deve ser reconhecido a todos os que recusam participar nesta guerra, pelos Estados aonde peçam o asilo e, especialmente, em França ».

CONDICÕES DE ASSINATURA PARA 12 NUMEROS

	NORMAL	DE APOIO
Portugal	90 \$ 00	150 \$ 00
França	14 Frs	30 Frs
Alemanha	10 Marcos	15 Marcos
Holanda	16 Florins	20 Florins
Bélgica	180 F.B.	300 F.B.
Luxembourg	180 F.B.	300 F.B.

escrever para :

« JORNAL PORTUGUÊS »

DIRECTOR ROBERT DAVEZIES BOITE POSTAL
Nº 52 - 75660 PARIS CEDEX 14 - C C POSTAL
3045824 LA SOURCE - PARIS

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE 12 NUMEROS
NORMAL DE APOIO

Nome
Morada



NOVAS FORMAS DE LUTA



A FALÊNCIA DE FRED LIP

A sociedade LIP é, na origem, uma empresa familiar suíça « EBAUCHE S.A. ».

A pouco e pouco foi perdendo o controle de LIP e teve de pedir a demissão. Entretanto, tinha criado uma outra sociedade, ELECTRA, que vivia à custa da empresa LIP, através da utilização do trabalho especializado dos operários da LIP. Ao mesmo tempo, a sociedade suíça tentou transformar LIP numa simples fábrica de montagem e servir-se das suas descobertas.

E para chegar a este resultado que EBAUCHE quer « reestruturar » a empresa, isso é, pôr na rua todos os operários de LIP que não servem os seus projectos.

E a isto, à pilhagem da LIP por Fred Lip e por EBAUCHE, que eles deram o nome de « falência da LIP ». Para realizar as suas ambições, aproveitando ainda por cima os

operários que lhes convinham, os patrões utilizaram os seus meios habituais: ou os trabalhadores aceitavam que alguns deles fossem despedidos, sem qualquer garantia de poderem encontrar um trabalho equivalente, ou então, graças ao mecanismo legal de falência, a empresa era fechada e os seus operários postos na rua sem ser pagos.

Perante esta ameaça, os trabalhadores decidiram em assembleia reivindicar o seguinte:

- não aos despedimentos
- não ao desmantelamento da empresa.

Quando os patrões põem na rua, as formas de luta habituais de nada servem. Pelo menos não incomodam os patrões. Após a falência declarada, os operários ficam no desemprego (chômage) e o caso passa a ser da competência do Ministério do Trabalho.

Na LIP, os patrões tinham previsto que os operários iriam reagir. Eles esperavam uma greve. Assim, os responsáveis da falência já não seriam os patrões, mas os operários que se batiam para manter o trabalho.

Mas os trabalhadores de LIP não se deixaram apanhar na ratoeira. Eles já sabiam que com a greve depressa ficariam sem dinheiro. E que o patrão tinha tempo: a paragem da produção não o incomodava muito, porque possuía os stocks.

Além disso, se eles só tivessem feito greve, os habitantes da cidade e da região não teriam podido compreender tal situação: por um lado os operários diziam querer trabalho, por outro deixavam de trabalhar, fazendo greve.

COMO INCOMODAR OS PATRÕES ?

Os operários de LIP começaram por fazer cera: assim, eles estavam presentes na fábrica e o patrão devia pagar-lhes.

Mas rapidamente esta forma de luta se voltou contra os operários: incomodando de facto o patrão, este acelerava os despedimentos.

Era preciso um meio de pressão sobre o patrão, evitando os despedimentos. Assim, os operários tiveram a ideia e decidiram colectivamente apoderar-se do stock de 40.000 relógios que estavam na fábrica. Mas, como conservar o stock não permitia pagar os salários aos operários, eles decidiram vendê-los. Mas também isso não bastava. Para poder continuar a venda, garantindo os seus salários, era preciso produzir mais, os estoques dos relógios, por exemplo. E porque não fabricar mais relógios? E começaram, sem patrões, sem cadências infernais, a produção. Isso mostraria bem que vendiam o fruto do seu trabalho. Produziam, vendiam directamente aos compradores, distribuindo os salários de acordo com as necessidades das famílias.

Os exemplos dos trabalhadores de LIP são úteis a todos os trabalhadores. Hoje, os despedimentos, as « falências », são cada vez mais frequentes.

Os patrões concentram as suas empresas para poderem ganhar mais, com menos operários. Daí os despedimentos.

Utilizam cada vez mais os serviços das empresas do interior, onde empregam os operários pelo tempo que eles bem querem, a ritmos desumanos e salários baixos.

Lançam os operários no desemprego, obrigando-os a recomeçar outro trabalho noutra profissão, sem qualquer qualificação, muitas vezes os operários nem sequer tem direito ao subsídio de desemprego.

A Circular Gorse é também um meio dos patrões se desembaracarem dos trabalhadores, sobretudo estrangeiros, que não lhes são úteis.

Para resistir a estes métodos dos patrões é preciso encontrar formas de luta eficazes.

Os operários de LIP em luta contra os despedimentos, souberam encontrá-las e utilizá-las.



SOLIDARIEDADE CONTRA A EXPULSÃO DO FILIPE AMORIM !

Filipe Amorim tem 25 anos e trabalha em França desde 1969. Recusando fazer a guerra colonial em África, decidiu vir para França e foi trabalhar para a Renault, onde era um militante do comité de luta. Organização que procura unir os trabalhadores e exigir o respeito dos seus direitos e a melhoria das condições de vida e de trabalho.

Em fevereiro de 1972, um jovem operário francês, Pierre Overney, foi assassinado às portas da Renault por um polícia do patrão. Tal como centenas de trabalhadores, Filipe revoltado com o assassinato, participou nas manifestações contra este crime e foi preso juntamente com sete outros operários franceses.

A polícia não conseguiu as provas que esperava para os condenar e o Filipe foi libertado, aguardando julgamento. Como ele diz « o processo ainda não foi a tribunal e, até ao julgamento, sou considerado inocente, segundo a lei francesa ».

Depois trabalhou numa empresa como empregado de armazém e em Junho passado, fez um pedido de uma « carta de séjour » por um ano para se poder casar. Pensava fazê-lo a 11 de Agosto com uma francesa de Marselha, professora de físico-química.

A 16 de julho recebe uma convocação da polícia. Pensava que era a autorização mas finalmente tratava-se de um aviso de expulsão.

Acusado de « não respeitar a estrita neutralidade política e militar activamente no seio de organizações subversivas », Filipe devia apresentar-se na Comissão de expulsão a 8 de Agosto.

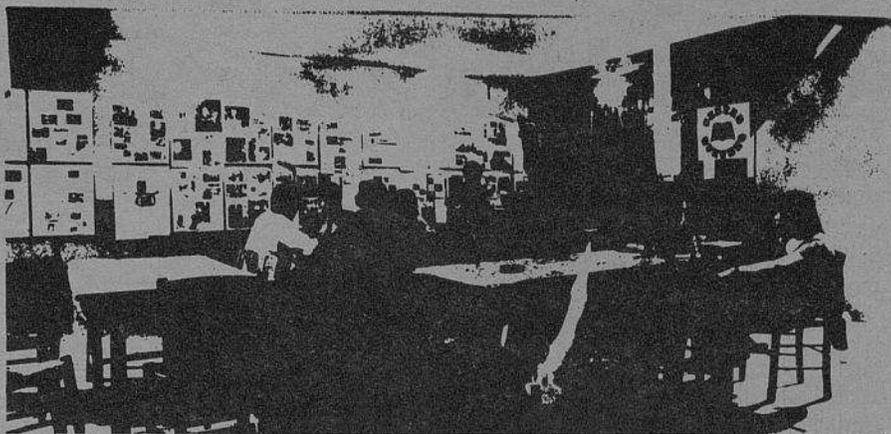
Com o objectivo de criar um movimento de solidariedade, esteve no princípio de Agosto no Festival de Avignon onde interpretou com a noiva o seu próprio papel de emigrante impedido de se casar.

Todos os jornais falaram no sucedido e, quando Filipe se apresentou na comissão de expulsão, o movimento criado à volta da ameaça de expulsão favoreceu-o bastante.

Actualmente Filipe tem um « récépissé » renovável todos os três meses mas continua sem a autorização para se casar.

A solidariedade de todos os seus compatriotas e dos outros trabalhadores franceses e imigrados, será a melhor arma dos trabalhadores contra a expulsão do Filipe Amorim, mas também contra as ameaças que pesam sobre todos os imigrantes.

ENCONTRO COM O CENTRO OUTUBRO



O Colectivo de JP decidiu criar uma secção dedicada à vida associativa dos trabalhadores emigrados. Pensamos que é necessário dar a palavra a todos os organismos colectivos de carácter popular e democrático, conhecer as suas actividades — culturais, desportivas, recreativas, informativas como formativas, de carácter social ou político — e de modo que elas exprimam os seus pontos de vista e os seus objectivos, e exponham os seus modos de funcionamento e organização.

Foi nesta perspectiva que fizemos uma reportagem no « CENTRO OUTUBRO », associação de trabalhadores portugueses, 154, rue St Maur, Paris, 11e, entrevistando alguns dos seus responsáveis.

JP — Em que altura foi criado o « Centro Outubro » ?

CO — O aparecimento do « Centro Outubro » em meados de Janeiro de 1972, há quase dois anos, deve-se a um grupo reduzido de elementos, jovens sobretudo. Eramos cinco, de início. Alguns já tinham trabalhado em outras associações e clubes de portugueses na emigração, outros traziam uma certa experiência da actividade associativa em Portugal, outros ainda nunca tinham participado. Tínhamos alguns pontos de vista sobre o trabalho a desenvolver na emigração. Víamos que as pessoas estavam dispersas, que não estavam de acordo com o trabalho que se fazia. Algumas ideias correctas existiam. Mas estavam misturadas com grande percentagem de ideias incorrectas, quer no trabalho associativo, que nos jornais, quer nos métodos de trabalho.

Quanto a nós, a emigração é um fenómeno passageiro. Ela durará enquanto durar o regime de exploração das classes trabalhadoras, enquanto existir o regime fascista em Portugal. Mas há um outro aspecto importante: a proletarianização dos pequenos agricultores e a sua resistência. A falsa escolha entre tornar-se operário ou emigrar, leva os compositores a emigrar na mira de fazer um « pé de meia » que lhes permita o regresso às suas terras. Acontece assim que se tornam operários em França, na Alemanha, etc., mas continuam agarrados aos seus interesses particulares. A ilusão da posse separa-os das aspirações próprias da classe operária e, assim, das lutas da classe operária. Mesmo no emigrante operário se podem verificar interesses de classes diferentes dos da classe operária desses países. O que acontecia é que a linguagem das organizações legais, associações, clubes e jornais, era, ora feita de apelos, agitando bandeiras vermelhas, o que não conseguia

interessá-los, ora apolítica, na base de festas e reuniões onde não se falava de « política » para não se estar afastado das massas. Assim, em dez anos de emigração, apenas algumas centenas de trabalhadores são tocados ou participam no trabalho associativo, quando há na emigração uns 700.000, só em França. Pensamos, por isso, que era preciso agir de outra maneira. Primeiro, não dependendo de organizações políticas. Segundo, de forma a mostrar que os trabalhadores emigrados são parte das classes trabalhadoras em França e que, como tal, devem ser enquadrados e participar nas organizações de massa em França — sindicais, democráticas. O Jornal Português poderá cumprir esse papel.

Quanto ao trabalho em relação a Portugal, cremos que o principal aspecto é da informação sobre a luta de classes. Nós pensamos que o emigrante volta, e que por isso é preciso que ele tenha ideias claras sobre Portugal e que leve alguma experiência de luta sindical ou política. Isto não é fácil . . .

JP — Isso levanta o problema de saber a quem vocês se dirigem . . .

CO — A quem nos dirigimos? A quem falar? Daí partiu a linha de actuação do « Centro Outubro ».

Os emigrantes a quem falamos são os que viveram nas cidades, os que ouviram falar de fascismo, de campanhas eleitorais, etc. São os desertores, refractários e as camadas mais conscientes da emigração, operários com um mínimo de experiência de luta, exilados políticos, militantes associativos. Pensamos que só através dessa camada poderemos chegar às camadas menos conscientes, às massas.

Damos prioridade à luta no interior do país, à educação na base da vida colectiva, à informação sobre o que é o Movimento Democrático e Popular e sobre o que deverá ser, sobre o que é o país onde vieram e para onde irão. Enfim, tudo isto se resume a três centros de informação e de mobilização para o trabalho associativo:

- anti-fascismo
- anti-colonialismo
- anti-imperialismo.

JP — Como fizeram para encontrar um local ?

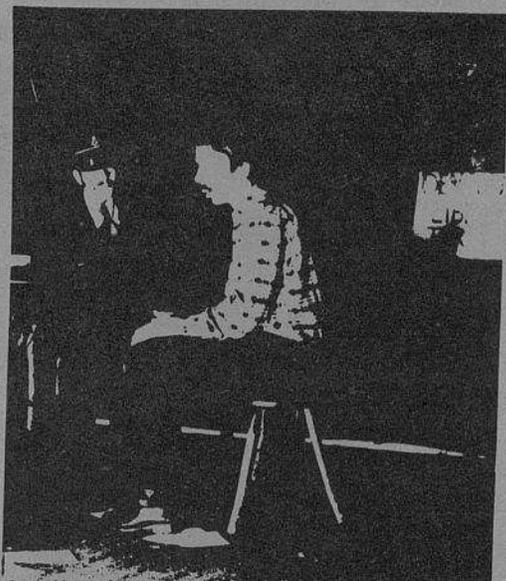
CO — Tivemos dificuldades, mas finalmente encontramos o prior desta paróquia, a quem nos apresentamos, abertamente, explicámos o que queríamos fazer . . . e obtivemos uma sala. Uma sala que repartíamos com as crianças da catequese. Por vezes tivemos problemas. A paróquia era conservadora, mas o prior conseguiu impôr a nossa presença. Eramos asseados, não fazíamos barulho. . .

Na altura a « Presença Portuguesa » fez uma

referência à criação do Centro, mas depois passou a ignorar-nos . . .

JP — Quais foram as primeiras actividades do Centro ?

CO — Começamos por fazer um boletim interno, a « ALAVANCA », cujo nº 1 saiu em Abril de 72. Dirigia-se, de acordo com os princípios de Centro, às camadas mais



da peça "O 1º de Maio"

conscientes da emigração. O aspecto principal do boletim era informar sobre as lutas em Portugal, a vida e interesses das classes trabalhadoras, a luta anti-imperialista no mundo, a divulgação e apoio dos Movimentos de Libertação Nacional dos povos das colónias. Também dávamos informação sobre o Centro. Trata ainda da cultura popular, nos aspectos científicos, literários. Actualmente a « ALAVANCA » tem 30 a 35 páginas. Passámos de 100 exemplares ao princípio a 200. A nossa difusão faz-se de mão à mão, mas também colocamos agora alguns exemplares (poucos) em livrarias.

JP — Em que livrarias ?

CO — Nas portuguesas. O boletim foi o primeiro passo para o exterior, um veículo de transmissão das ideias do « Centro ». Daí surgiu a « COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES ».

JP — O boletim permitiu o vosso alargamento ?

CO — O alargamento foi mais ao nível da discussão, que nos encorajou a continuar, criando a Comissão de Publicações. Passamos então à criação de outras Comissões de trabalho. Primeiro o TEATRO. Pensamos em formar uma equipa à altura de apresentar

peças de teatro e de as manter em actuação permanente. A primeira peça foi o « 1º de MAIO ». Tudo saíu do esforço do colectivo. Texto, encenação, mesmo o equipamento técnico, artesanal, saíu das nossas mãos. Depois foi a COMISSÃO DA BIBLIOTECA, que hoje conta com 200 livros, mais de 90 % portugueses, que os amigos do Centro puseram ao dispôr de todos. Na Biblioteca temos também jornais e revistas portuguesas. Em breve, contamos torná-la pública. Há ainda a COMISSÃO DE INICIATIVAS E BAR, que organiza as festas e sessões na Sala de Espectáculos (que a paróquia nos cede), que prepara e organiza os locais e se ocupa do Bar. A Comissão da Biblioteca também se encarrega do cinema e das palestras sobre a actualidade.

JP — Quais são os vossos projectos de trabalho ?

CO — Contamos criar a COMISSÃO DE PALESTRAS, que se ocupará do cinema, dos debates sobre a actualidade nacional e da organização de cursos de cultura geral. Já fizemos uma sessão sobre as eleições, durante a qual passamos o filme « O Couraçado Potemkine ». O texto lido e comentado na sessão sobre as eleições foi publicado depois na « ALAVANCA ». Quando ao teatro, preparamos e estudamos uma nova peça. Por enquanto continuamos com o « 1º de MAIO ».

Temos também outras publicações . . .

JP — . . . Quais são ?

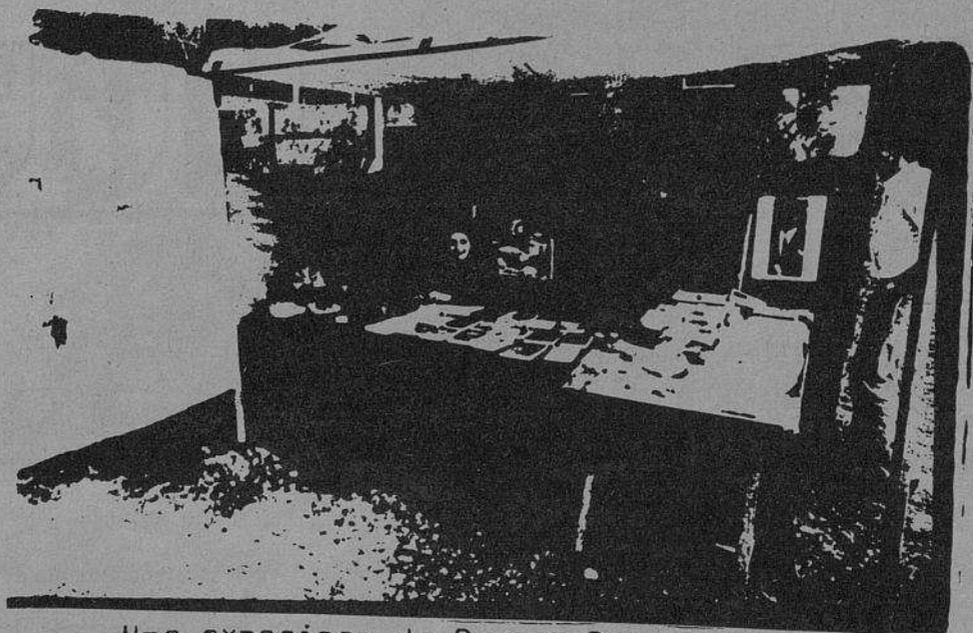
CO — Publicamos uma brochura, « OS JORNAIS E O POVO » com 200 páginas, que se esgotou. Publicamos uma outra brochura, mais pequena, sobre o « Jornalismo Revolucionário ». Mais recentemente decidimos fazer uma Revista de Cultura Popular, dada a inexistência de publicações deste tipo na emigração. É uma revista de formação política e cultural. Dirige-se a Portugal e é, como a « ALAVANCA », aberta à colaboração de todos. A todos os colectivos portugueses que respeitem os princípios que regem o Centro. A boa aceitação do trabalho e das ideias anima-nos a continuar.

JP — Como se chama a revista ?

CO — A « SEMENTEIRA ». Está para breve a saída do nº 2. E também colocada em livrarias e pensamos aumentá-la em número e páginas. Tudo depende do apoio que tiver. É através do Teatro e das Publicações que comunicamos e temos o apoio dos outros. Soubemos, por exemplo, que a Radio « Voz da Liberdade » (que agora se chama « Voz da Revolução ») tinha lido um artigo da ALAVANCA, intitulado « Alerta », sobre a situação dos trabalhadores cabo-verdianos empregados nas obras do metropolitano em Lisboa. Recebemos igualmente uma carta de reconhecimento do Partido Africano para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde — o P.A.I.G.C. — que lera o artigo.

JP — Há pouco falaram de palestras e cursos de cultura geral. O que pensam tratar nesses cursos e palestras ?

CO — Um dos nossos objectivos é fazer do Centro uma espécie de oficina, de laboratório, de actividades novas, de coisas necessárias àqueles que se mostram mais receptivos neste momento. Temos alguma documentação sobre o movimento operário português do princípio do século. Nela



Uma exposição do Centro Outubro

podemos encontrar ideias em bruto, que desenvolvemos, trabalhamos e poderemos publicar na « SEMENTEIRA ». Tudo isto deve permitir o desenvolvimento das ideias e do estilo de trabalho democráticos e populares, de forma a responsabilizar todos pelas tarefas do Centro. A médio prazo preparamos um grupo de teatro que esteja sempre em funcionamento, em outros locais, « máries », um pequeno ciné-clube cá no Centro, pensamos continuar a « ALAVANCA », dando prioridade à vida e lutas dos trabalhadores em Portugal. Pensamos dotar a « SEMENTEIRA » de maior possibilidade de formação, através de uma equipa interessada na investigação, de modo a fazer com que pessoas que nunca escreveram se preparem para o fazer. Quanto a nós, existem pessoas conscientes nas colectividades de cultura e recreio que trabalham, tal como nós, para reforçar o Movimento Democrático e Popular. Contamos com eles . . .

JP — Como fizeram para resolver os problemas de legalização ?

CO — Estamos a trabalhar associados à paróquia, digamos, somos a secção portuguesa da paróquia. Mas trabalhamos internamente de forma autónoma. Estamos ao abrigo da Lei de 1901, como associação sem fins lucrativos. Sem quotas. Temos um Regulamento Interno e o apoio consiste em donativos voluntários dos amigos do Centro Outubro.

JP — Não têm actividades desportivas ?

CO — Sim, pensamos criar em breve uma equipa de futebol e uma equipa de ping-pong. Mas só participamos em jogos de amizade com outras associações, portanto, sem carácter de concorrência e de disputa de troféus. Quanto a nós o único troféu a conquistar é a solidariedade entre os praticantes e a promoção do trabalho e do espírito colectivos. O desporto na sociedade capitalista é promotor do individualismo, do bairrismo. Nós somos por um enriquecimento humano pela troca de ensinamentos, não pelo tipo de campeonatos que ainda existem na emigração portuguesa.

JP — O que pensam que deve ser um jornal popular na emigração, como jornal legal e não partidário ?

CO — Nós entendemos que um jornal que está virado para a emigração portuguesa deve dar-lhe uma determinada assistência e a diversos níveis. Primeiramente como

nacionalidade, como povo que sofre de uma doença de muitos anos. Depois deve ter em consideração os interesses da classe operária portuguesa. Emigrar é já ter o privilégio de ser informado do que se passa em Portugal. Se o jornal se dirige aos emigrantes ele deve encarar os diferentes problemas e dificuldades que se põem nos países de imigração. Assim, é preciso falar de sindicatos, da sua utilidade, dos seus limites, da diferença entre os daqui e os de lá. Sem cair em humanismo pequeno-burguês, será também necessário dar uma assistência ao emigrante que acaba de chegar, que saíu de uma aldeia para entrar numa sociedade de consumo, onde tudo é complicado.

É preciso muní-los da arma da informação, na defesa dos seus interesses a nível sindical, a nível social, cultural.

Há também os aspectos particulares em relação às associações que se dirigem aos trabalhadores emigrados.

É preciso demonstrar-lhes quem são os seus inimigos principais e quem são os seus amigos principais, não entrando em polémicas estéreis que nada dizem aos trabalhadores. Se um jornal alimenta polémicas ao nível das organizações de massa na emigração é porque precisa de dizer que está vivo . . . o que quer dizer que está morto.

É preciso desenvolver o espírito de unidade das associações, grupos, jornais que trabalham no seio da emigração portuguesa. Dar uma perspectiva de unidade do movimento popular não quer dizer adoptar atitudes de direcção política das lutas e das organizações de base dos trabalhadores. Um jornal deve integrar-se no Movimento Popular numa perspectiva de unidade. Para nós, até agora, ainda não se apresentou uma unidade justa, numa base prática. Nós pensamos que há muitos passos a dar no processo unitário.

Não entendemos de modo algum que possa existir uma mentalidade de concorrência e de rivalidade, quer entre órgãos de informação na emigração, quer entre associações, quer entre estas e aqueles. O espírito de concorrência é precisamente o que produz a actual desagregação, o que impede a unidade do Movimento Democrático e Popular.

Será uma vitória, a longo prazo, se se construir uma unidade não na base de acordos sem princípios, ou da subserviência de alguns, mas assente na autonomia prática, no respeito mútuo dos colectivos dos trabalhadores emigrados.



HOUVE ELEIÇÕES ... PARA QUÊ ?

As linhas que se seguem são extraídas de um artigo publicado em Portugal no ano de 1911, no nº 29 do semanário « O SINDICALISTA »⁽¹⁾. Mas nem por isso deixa de ter actualidade, pelo menos numa questão fundamental: na contradição, que existia e existe, ao nível da luta pelo socialismo, entre os interesses próprios dos trabalhadores e os interesses daqueles partidos e daquelas classes que propõem e utilizam a luta eleitoral para « resolver os problemas sociais ».

« O deputado é o eleito de uma turba-multa composta por indivíduos de todas as classes e de todos os interesses, alinhados por processos mais ou menos hábeis, em volta de um programa mais ou menos vago, mais ou menos susceptível de interpretações diversas. O deputado é um dirigente, um ser vivendo à margem da produção. Os seus interesses opõem-se aos dos trabalhadores. Como raramente é um herói, do compromisso passa à traição completa.

Mas as eleições permitem fazer muita propaganda! A propaganda? Ah, sim! Bonita propaganda, em que os argumentos sérios são substituídos por descomposturas ou polémicas mesquinhas, em que as declarações de princípios claros são transformadas em formulas equívocas. Bonita propaganda em que o socialismo, em vez de afirmar e de provar a sua superioridade sobre os partidos burgueses se baixa ao seu nível e, muitas vezes, desce ainda mais baixo.

(...) A podridão parlamentar tem prejudicado mais os socialistas do que todas as malícias dos conservadores ».

Como se vê, já em 1911, os trabalhadores em luta haviam tomado consciência dessa contradição, denunciado a luta parlamentar e repudiado essa via para a transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista.

No dia 28 de Outubro houve eleições para deputados à Assembleia Nacional. Quer dizer, 62 anos depois da publicação do artigo de « O SINDICALISTA ».

OS CONVITES AS ELEIÇÕES . . .

Tal como em 69, o governo de Caetano, confiante na « maturidade Cívica » e no « aprumo dos cidadãos » (palavras do Marcello), voltou a convidar os eleitores a participar nas eleições para deputados.

Tal como em 69, também vários agrupamentos de vocação parlamentar surgiram no palco eleitoral, com intenções e por motivos diversos.

Para o regime tratava-se substancialmente de fazer crer: primeiro, a nível nacional, que o acto eleitoral é um meio de expressão da « maioria política dos cidadãos »; segundo, a nível internacional, que, permitindo o acto eleitoral que os cidadãos exprimam as suas « opções » políticas e escolham « livremente » os seus deputados, o governo e a sua política não são mais do que os « legítimos representantes da vontade da Nação »⁽²⁾.

Mas, para que alguém acreditasse nesta lenga-lenga, era preciso que as oposições participassem. Mais: que elas fossem até ao fim, convidando as suas clientelas a votar nos seus deputados. Ontem, Salazar mandava estar calado durante as eleições, hoje Caetano manda participar nas eleições. Entre ontem e hoje, a única diferença reside entre o estar calado e o participar nas eleições. De resto, o regime continua a mandar . . . e não são as eleições que lhe tirarão o poder das mãos.

Para as oposições, que sabem que as eleições são uma farsa, tratava-se sobretudo de aproveitar o período eleitoral para lançar uma vasta campanha de informação e para

tentar organizar-se como movimento legal que continuasse activo após as eleições. Para aproveitar o período das eleições há que formar as equipas de candidatos, há que fazer programas políticos, há que formar comissões eleitorais mais ou menos representativas, etc., etc. Enfim, há que aceitar as regras do jogo eleitoral. Era o mínimo para obrigar o governo a ceder a liberdade de organização e o direito à existência legal do movimento democrático (eleitoral) para cá das eleições.

Assim, também entre a oposição a Salazar e a oposição a Caetano existe uma única diferença: antes, queria participar nas eleições para não estar calada; hoje, participa nas eleições para ser aceite como movimento político legal. Em qualquer dos casos, continuam a querer atingir o poder (talvez para participar nele) por meio das formas legais de luta.

Facto curioso a assinalar é o da concordância das posições das oposições e do governo, pelo menos antes da abertura do período eleitoral, sobre um ponto preciso — as abstenções. Ambos atacaram a atitude abstencionista. O governo « fabricou »

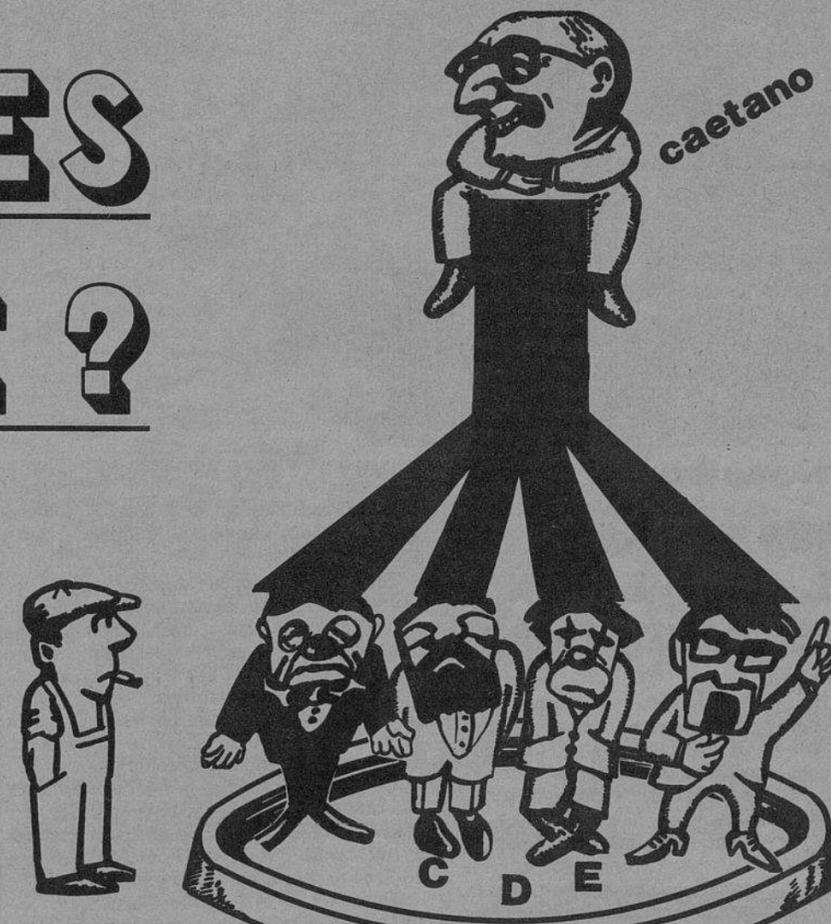
mesmo uma lei para punir os defensores da abstenção. As oposições acusaram os anti-eleitoralistas de se oporem « ao aproveitamento das condições favoráveis ao desenvolvimento de uma grande campanha política de massas ».

. . . E AS SURPRESAS E DRAMAS DOS ELEITORALISTAS

Acontece, porém, que as eleições de Outubro foram uma surpresa e um drama, tudo ao mesmo tempo. Não para os trabalhadores, e muito menos para os trabalhadores em luta que, eles, não participaram, nem votaram! Mas para o governo, que não fez crer a ninguém que as eleições não eram uma farsa: as oposições desistiram e o número de abstenções aumentou. E também para as oposições, que nem conseguiram legalizar-se, nem sequer fazer a campanha de informação desejada. Além disto, a oposição viu-se abandonada por um grupo de democratas socialistas que, tendo participado e verificado os frutos colhidos nas eleições de 69, propunha para 1973 uma acção anti-eleitoralista. Segundo este grupo, a prática do movimento eleitoral não corresponde aos verdadeiros interesses das classes trabalhadoras, porque « quando se fala em habitação, ensino, saúde, fala-se em termos de « melhorar » as condições, protesta-se contra os erros, propõem-se soluções. Não se coloca o problema de maneira a demonstrar que a habitação, o ensino, a saúde, só poderão estar ao seu serviço, quando deixar de haver qualquer tipo de capitalismo. Nós pensamos que as condições de vida dos trabalhadores só poderão ser modificadas, que a habitação, o ensino, a saúde, só poderão estar ao seu serviço, quando houver uma profunda transformação económica e social, quando deixar de haver capitalismo para haver uma sociedade socialista » (do documento difundido pelo grupo no momento do do abandono do movimento C.D.E.).

MAS AFINAL QUAL FOI A POSIÇÃO DOS TRABALHADORES PERANTE AS ELEIÇÕES ?

As posições dos trabalhadores foram decerto variadas. Uns sabiam, outros nem chegariam a saber que havia eleições. Uns sabiam, outros ainda não sabiam que as eleições nunca mudaram a sua vida e lá foram assistir, enchendo salas, aplaudindo ou não. Os resultados foram, porém, os mesmos, para todos os trabalhadores.



O QUE TIVERAM A VER AS ELEIÇÕES COM A VIDA, OS INTERESSES E A LUTA DA GRANDE MASSA DOS TRABALHADORES ?

O que tiveram a ver as eleições com os salários que mal dão para comer? Com as condições de trabalho a que os patrões e seus servidores sujeitam os operários, os camponeses, os pescadores, os empregados do comércio e dos serviços? Com as condições de alojamento, e o preço das rendas, dos transportes, da roupa, da alimentação? Com as dificuldades que as classes trabalhadoras enfrentam para manter na escola os seus filhos? Com a exploração, o analfabetismo, a repressão política a que é submetida a grande massa dos que trabalham?

Nada! As eleições nada têm a ver com tudo isto!

O que têm a ver as eleições com as lutas quotidianas dos trabalhadores por aumento de salários e contra a carestia da vida, pela melhoria das condições de vida e de trabalho e contra a organização capitalista da sociedade?

O que têm elas a ver com as greves, paralizações, manifestações de rua e todas as formas de combate dos trabalhadores contra a exploração capitalista (na indústria, na agricultura, no comércio, na construção civil, na pesca e nos serviços), contra a emigração forçada, contra a guerra ao serviço dos patrões colonialistas portugueses e estrangeiros, contra a repressão política e cultural?

Nada!

As eleições só servem para enganar os trabalhadores. Os eleitoralistas dizem fazê-las « em nome dos trabalhadores »!

Mas a podridão eleitoral já não confunde a classe operária e as restantes classes exploradas. Uma sociedade socialista, ao serviço das massas trabalhadoras, poderá ser alcançada, não com votos e discursos na Assembleia Nacional, mas sim através das lutas organizadas e dirigidas pelos próprios trabalhadores.

(1) O semanário « O SINDICALISTA », de orientação sindicalista revolucionária é um jornal da maior importância na História do Movimento Operário Português. Apontamos dois factos históricos que nos parecem reveladores a este respeito:

O Congresso Sindicalista de 1911 representa cerca de 36.000 operários organizados a nível sindical, dos quais apenas cerca de 1.200 podem ser considerados como elementos da pequena-burguesia. Isto leva-nos a tomar a orientação sindicalista revolucionária como uma das principais alternativas do movimento operário na luta contra o poder de estado na República Democrática Parlamentar.

Apesar da sua incapacidade de ultrapassar a greve geral revolucionária, adoptando formas superiores de luta pela conquista do poder, esta corrente de pensamento do operariado português corresponde a um momento importante do processo da sua tomada de consciência de classe. Deve pois ser compreendida, não como um facto isolado, mas integrada no processo de evolução do capitalismo em Portugal, e como sua expressão.

(2) Para ilustrar o que dizemos, citamos algumas frases de Caetano na « conversa em família » do dia 26 de Outubro: « As eleições do próximo domingo assumem um carácter de consulta popular. E preciso que o Povo Português mostre ao mundo que os seus governantes têm autoridade para falar em nome do país »; « A comparação nas urnas a afirmação do eleitorado, dará nova autoridade a quem os governa para enfrentar os graves e difíceis problemas desta hora crítica da vida de Portugal ».

Porto, 28 de Outubro de 1973

(. . .) O « aparecimento » no decorrer da campanha eleitoral de grupos anti-eleitoralistas teve como principal objectivo boicotar e com certos resultados os comícios da C.D.E., e hoje de manhã a ida às urnas. Nota-se uma adesão razoável a estes grupos, que nos comícios da C.D.E. impõe palavras de ordem calando as dadas pelos « democráticos ». Ao grito de « Abaixo a guerra », ouve-se « Abaixo a guerra colonial », « Viva a aliança operário-camponesa », « Viva a FRELIMO e o PAIGC », « Viva a República da Guiné-Bissau », « Revolução Popular », « Viva a aliança operário-estudantil », « Marcelo-Fascista-assassino », « Desei, ai com armas », « Direito à greve ». Quando a C.D.E. levanta o braço para o público aclamar, logo se ouvem gritos de « Palhaços ». Quando da mesa gritam « Viva a democracia », logo se ouve « Viva a democracia popular ».

Hoje de manhã houve uma manifestação na zona da Ribeira com distribuição de panfletos e conversa com a população que aderiu bem. Isto foi obra de poucos minutos, pois logo apareceu a Pide, lançando tiros ao ar. Hoje à tarde tentou-se em zonas operárias, mas a vigilância era terrível. Na baixa era um polícia para cada civil, com pistola na mão e cacetete. Na Praça estava prevista uma manifestação do M.R.P.P.⁽¹⁾ mas nada conseguiram, tal era a vigilância. Havia ordem de atirar ao menor burburinho.

Na sexta-feira, dia 26, quando o Marcelo iniciava uma « conversa » na Televisão, rebentou uma bomba cá no Porto no quartel e outras em vários quarteis do país.

Esta semana houve a morte duma criança, com a explosão duma dita « bomba ». Logo a Televisão tirou partido da situação dizendo ser uma bomba deixada pelos « inimigos-revolucionários » que mataram uma inocente criancinha e deixaram de luto uma digna família portuguesa, mostrando o caixão e a família condoída. Ora no dia seguinte veio a conclusão. A final a « bomba » era uma granada trazida pelo tio da criança como « recordação » das colónias. Esta segunda notícia mal se percebia no jornal, como aliás era de esperar. É pena que todos estes comités que existem em força cá no Porto e no País não se unam. Assim pouco se conseguira. Nota-se a falta incrível dum Partido organizado. Nota-se em todos os jovens uma força brutal de mudança e mesmo de ódio ao sistema. Mas quem os organizará? Quem os politizará? (. . .)

1. M.R.P.P. — Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, organização criada em Portugal em 1970 e que se define como movimento marxista-leninista-maoista.



matosinhos

TRES MESES DE GREVE DOS PESCADORES

Após 3 meses de greve, os pescadores de Matosinhos alcançaram uma vitória importante, obtendo satisfação sobre as principais reivindicações, face às quais os armadores (patrões de traineira) foram obrigados a recuar.

No dia 1 de Abril, os pescadores de traineira de Matosinhos metiam-se em greve para fazer face ao aumento do custo de vida, contra o ritmo de trabalho e contra os despedimentos. Logo após a declaração de greve, os pescadores exigiram um novo contrato de trabalho, estabelecendo as seguintes condições: 50% de Caldeirada, 40% sobre o peixe pescado, sábado e domingo de descanso e a garantia de

emprego para toda a tripulação ao completo. O contrato até ai em vigor, estipulava: 40% de caldeirada, 34% a 39% sobre o peixe pescado, trabalho ao domingo a partir das 21-22 horas.

Mais tarde e após várias discussões, os pescadores fixaram as suas reivindicações em 60% de caldeirada (mais 10% do que inicialmente), manter o sábado como descanso e passarem a ir ao mar a partir da meia-noite de domingo. As outras reivindicações mantinham-se sem modificações: 40% sobre o pescado e manutenção da tripulação completa.

Os patrões acabaram por ceder no dia 25 de Junho. O novo contrato garante aos pescadores 60% (50% pagos pelo armador e 10% pelo Fundo do Fomento), 38% a 40% de percentagem sobre o pescado.

Entretanto os patrões ameaçam de suspender as novas vantagens arrancadas pela luta e de suspender a pesca, lançando os pescadores no desemprego. Por outro lado uma parte do aumento da caldeirada (10%), ainda não foi pago. Os pescadores de Matosinhos preparam-se para travar novas lutas.

Lisboa

A MANIFESTAÇÃO do 12 de OUTUBRO

Durante o período eleitoral registaram-se manifestações em diversos pontos do país, sobretudo em Lisboa e no Porto.

No dia 12 de Outubro houve uma manifestação ao fim da tarde, na baixa de Lisboa.

O dispositivo policial, montado nos locais desde cedo, carregou os manifestantes de surpresa no momento em que eles desciam a Rua do Ouro no sentido da Praça do Comércio. Nas ruas vizinhas, grupos de pessoas que pretendiam unir-se à manifestação foram perseguidos pelas forças policiais. Foram detidas onze pessoas na Baixa e seis feridos deram entrada no Hospital de São José: um marítimo, natural de Cabo Verde, um operário electromecânico, um vendedor ambulante, um ajudante de cozinheiro, um empregado bancário e uma empregada de escritório.

Os feridos foram levados, após o tratamento, para o Governo Civil.

Nas últimas semanas abundante propaganda clandestina tinha sido distribuída, convocando para a concentração no Rossio.

Na manhã do mesmo dia uma bandeira vermelha com a sigla do M.R.P.P. pagina 12

(Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) fora erguida na ponte ferroviária de Sete-Rios. Na linha do Estoril apareceram pintadas palavras de ordem apelando à manifestação do Rossio.

Ainda no mesmo dia, por volta das 12 horas, verificou-se uma concentração estudantil no Campo das Cebolas, em Lisboa, de onde partiu um desfile para o Largo da Graça. Durante o trajeto foram gritados « slogans » e distribuído um comunicado « AO POVO DE PORTUGAL ». No Largo da Graça os manifestantes apedrejaram as montras do Banco Português do Atlântico, tendo dispersado face à intervenção da polícia, que afirmou ter prendido e entregue à D.G.S. 4 manifestantes.

Entre as duas manifestações registou-se uma concentração de algumas centenas de pessoas na Avenida Almirante Reis, frente à sede da C.D.E. (Comissões Democráticas Eleitorais), onde distribuíram o comunicado já referido. Durante o desfile apedrejaram as montras duma agência do mesmo banco, tendo dispersado sem que a polícia tivesse chegado.

Na Amadora, à mesma hora, foram partidas as montras de outro estabelecimento bancário.

No Porto, no mesmo dia, a polícia cercou a Faculdade de Ciências afim de impedir um comício de estudantes que estava previsto para as 15 horas. O numeroso aparato comercial, comandado por um capitão, chamava a atenção dos transeuntes.

NOTÍCIAS BREVES

O POVO CONTRA A POLÍCIA

A PSP como cães amestrados da burguesia ladram e mordem sempre que podem.

Em 28 de Outubro na altura das tais eleições para deputados a população da Marinha Grande enfrentou os PSP o que originou « incidentes »...

A população da Marinha Grande fez agora uma declaração denunciando os desacatos dos PSP e mais Pides, pedindo um inquérito sobre a sua actuação, e exigindo o respectivo processo disciplinar e criminal.

A MISÉRIA DA HABITAÇÃO

— « Fiquei só com o que tenho no corpo. E o meu filho, que tinha a barraca ao lado da minha também. O dinheiro de papel ardeu todo só consegui descobrir algumas moedas... » assim falou amargamente, a um jornalista, Antonio Coutinho, ajudante de motorista, morador numa das 70 barracas de Moscavide que, no dia 2 de Novembro, foram completamente consumidas pelo fogo.

Ninguém morreu, mas os teres e haveres de 300 pessoas ficaram em cinzas. Da miséria para uma miséria ainda mais negra. Eram trabalhadores vindos na sua maioria de Viseu para a região de Lisboa à procura de sustento, como muitos outros.

Este drama da habitação e das condições de vida do povo trabalhador é um dos escândalos do regime dos burgueses e patrões.

Na mesma zona a miséria do alojamento tem provocado lutas e revoltas populares, seja contra as condições de vida, seja contra as expulsões pelos proprietários dos terrenos, desejosos de com eles negociarem e especularem.

OS PREÇOS CONTINUAM A SUBIR

A falta de certos géneros alimentícios de primeira necessidade sentem-se em vários pontos de Portugal. O leite por exemplo é hoje quase luxo.

No Barreiro, um exemplo entre muitos outros, chega a haver bichas de meio quilómetro atrás das carrinhas distribuidoras, formadas desde as 5 H da manhã, em esperas, algazarras e injustiças de toda a ordem; uns que têm « direito » (!) a 1 litro outros a 2 litros... Os preços andam por volta de 4 escudos e 20 centavos o litro...

Com os ovos a alta dos preços atinge a maior das especulações: mais de 20 escudos a dúzia. Os ovos só para ricos... Com o azeite, o bacalhau e a carne, o mesmo! Caríssimos, e só por favor se encontram!

BARRAGEM ASSASSINA

A barragem de Cabora Bassa em construção para o desenvolvimento dos interesses colonialistas e racistas em Moçambique, não só é uma ameaça assassina contra os povos negros de África, como também para aqueles que aí trabalham. Em Novembro último 17 trabalhadores ficaram soterrados, donde 8 mortos e 9 feridos, todos africanos. Já em Fevereiro de 1970, oito trabalhadores tinham encontrado a morte em condições idênticas e os acidentes de trabalho muitas vezes mortais desde essa data, não tem parado de aumentar.

NOS TRIBUNAIS

A secretaria do Estado da Informação e Turismo - SNI, condenou a engenheira Virgínia de Moura a uma multa de 12 contos, por ter editado em Portugal o livro « Palavras necessárias » de Bento Gonçalves. Por seu lado a Polícia Judiciária do Porto começou a instruir-lhe um processo por « abuso da liberdade de imprensa ».

Bento Gonçalves era torneiro mecânico. Dirigente do « Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha ». Vai a Moscovo, com a delegação de operários do Arsenal da Marinha e outros operários igualmente sem partido, para conhecer a União Soviética.

Filia-se no Partido comunista nos começos de 1928 e ingressa na célula do Arsenal. É eleito Secretário Geral na Conferência Nacional do Partido Português em Abril de 1929. Dirige a reorganização de 1929, dando ao Partido uma feição autenticamente leninista (conta apenas 26 anos). É sob a sua orientação que a Direcção do Partido cria o seu órgão ilegal « Avante! » (1931). Vai a Moscovo ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935) como chefe da delegação portuguesa. É preso em Novembro de 1935 juntamente com Júlio Fogaça e Jorge de Sousa, membros do Secretariado do Partido. Morre em 2 de Setembro de 1942 no Campo da Morte do Tarrafal numa biliose que os carcereiros recusaram a tratar. « Palavras Necessárias » é um estudo sintético do vasto período da vida proletária em Portugal, a partir de 1872 até 1927, particularmente sobre o movimento operário sindical.]



Foram absolvidos pelo Tribunal Plenário de Lisboa, os padres José da Felicidade Alves e Abílio Tavares Cardoso, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e o estudante Manuel Mendes Mourão de processo que a PIDE lhes tinha instruído em 1969. Os réus encontravam-se desde há 4 anos em liberdade sob caução, acusados de terem constituído uma associação, Movimento Gedoc, sem aprovação de estatutos.

AS TRÊS MARIAS

Contra as três escritoras portuguesas, Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, autores do livro « Novas Cartas Portuguesas », foi instaurado um processo em tribunal. As « Novas Cartas Portuguesas » é um inquérito sobre a condição da mulher em Portugal, da opressão e exploração secular de que é vítima. A primeira audiência à porta fechada realizou-se em fins de Outubro, estando previsto uma nova audiência para Janeiro próximo. Em volta do « caso das três Marias », desenvolveu-se uma campanha de solidariedade internacional. Em Paris, no dia 21 de Outubro, realizou-se no Palácio de Chaillot uma sessão de apoio em que foram lidos extratos do livro. Está previsto para 1974 a saída duma edição em francês das « Novas Cartas », bem como a criação duma peça de teatro inspirada do livro.

AMNISTIAS . . .

Foi publicado no dia 16 de Novembro um decreto de amnistia, pela ocasião do início da nova legislatura da Assembleia Nacional. As penas de prisão correcional e as penas inferiores a 2 anos de prisão por « crime

20.000 CRIANÇAS EMIGRADAS

Emigrar, para uma criança, pode significar nascer outra vez.

Sem compreender bem porquê, é metida dentro de outra língua, de outra cultura, de um outro país. Estabelece-se um fosso entre a primeira e a segunda e aí está mais um desenraizado, mais uma vítima do capitalismo.

Isto poderia ser a introdução dum longo artigo em que estudaríamos profundamente a transplantação das 20.000 crianças

contra a segurança interior e exterior do estado », são amnistiadas, mas os « delitos cometidos por via de imprensa » não beneficiam desta amnistia. São abrangidos no quadro da amnistia, os padres espanhóis Martin Hernandez Robles e Juan Valverde Leon, presos na cadeia de Machava em Lourenço Marques. Estes dois padres de Burgos eram acusados de apoiarem a Frelimo quando trabalhavam na missão de Muçumbura no distrito do Tete. O advogado João da Palma Carlos, ao abrigo deste decreto de amnistia, vai requerer a liberdade para o capitão cubano Pedro Rodriguez Peralta que foi preso na Guiné Bissau quando combatia ao lado dos guerrilheiros do PAIGC.

O PADRE MÁRIO DE MACIEIRA DE LIXA

Começou no dia 25 Outubro no Tribunal Plenário do Porto, o julgamento do padre Mário de Oliveira, pároco de Macieira da Lixa, acusado de crimes contra a segurança do estado. As acusações referem-se sobretudo às homilias que o padre Mário pronunciou no 1 de Janeiro e no Dia da Paz. É a segunda vez que este padre é preso e julgado em tribunal. O 1º julgamento remonta a 1970, no decorrer do qual foi absolvido. Em volta do padre Mario tem-se criado uma corrente de simpatia popular dada a coragem com que denuncia os crimes das guerras coloniais e a cumplicidade da Hierarquia da Igreja com o fascismo português.

NOVOS PARTIDOS

Foi-nos comunicado a criação do « Partido Revolucionário do Proletariado » num congresso realizado algures no estrangeiro no decorrer do mês de Setembro. O novo partido surge da conjugação das Brigadas Revolucionárias com Comissões de Trabalhadores e Revolucionários. Anunciam a saída de um jornal « Revolução », como órgão do partido, de um manifesto « Pela Revolução Socialista » e pela utilização de uma rádio clandestina « A Voz da Revolução », que assim sucede à « Voz da Liberdade » de Argel.

Foi anunciado pelo jornal « Portugal Socialista », a criação do « Partido Socialista » português em reunião clandestina realizada em Agosto último na Alemanha. O novo « Partido Socialista » sucede assim à Acção Socialista.

portuguesas que se encontram actualmente em França.

Prometendo este estudo para breve, vamos hoje em duas linhas, desvendar a « trama » que neste momento o governo Português está tecendo.

A VISITA DO MINISTRO VEIGA A PARIS

O ministro veio a Paris, houve abraços de confraternização, com o Ministro da Educação Nacional Francesa houve mesmo condecorações.

Mas o que há por baixo de todas estas fitas e abraços? — O governo Português quer ficar senhor exclusivo do ensino e da cultura ministrado as crianças emigradas.

E através das crianças, que todo um trabalho, de infiltração ideológica se pode continuar a realizar.

É fácil maravilhar um miúdo com as prodigiosas aventuras das descobertas marítimas e dos nossos irmãos de raça de Angola, Moçambique e Guiné.

Os professores privilegiados para este trabalho, terão que ser impecavelmente « virgens » politicamente. Terão que ser mesmo capazes, se chegar a ocasião, de continuar a pôr a celebre fotografia de Salazar na sala de aula, para que ele continue vigiando, se as futuras gentes virão a ser dóceis e submissas, como o devem ser dentro de um poderio absoluto.

ATÉ EXISTE UM ADIDO CULTURAL !

Fora do ensino, mas no campo da cultura e... sempre fiel ao mesmo principio, o senhor Dinis da Silva, é neste momento o Adido Cultural em Paris.

A sua função é difundir a « cultura Portuguesa ».

Para já, pensou constituir um grupo de teatro de intervenção. Para intervir junto de quem? Mais uma vez, das nossas crianças, que como se pode observar, continuam a ser o alvo mais atingido.

Os membros deste grupo de teatro, podem estar descansados, que não será só o amor a arte que os fará representar, mas sim, também uma quantiazinha, que não chega para viver... mas quase !

QUE FAZER ?

Vários grupos de país, organizaram-se e formaram classes onde os filhos podem aprender o Português: Bondy, Puteaux, Grigny, etc.

São de louvar estas iniciativas, enquanto não se esqueça, o verdadeiro objectivo da nossa luta: exigir novas estruturas na escolaridade francesa, uma escola onde a cultura portuguesa seja considerada igual, mas diferente.

FINALMENTE . . . AS BOLSAS DE ESTUDO

Até aqui, para a atribuição de bolsas de estudo, era obrigatória a nacionalidade francesa.

Acabou este ano a discriminação, começando todas as nacionalidades a ter direito a sua obtenção. Salvo para o ensino superior, onde a nacionalidade francesa continua a ser exigida.

O decreto lei foi publicado a 25 de Setembro e o prazo para a entrega do dossier terminava a 8 de Outubro, tornando praticamente impossível, a sua obtenção para este ano lectivo.

Para informações mais detalhadas, poderá pedir informações junto do director da escola que o seu filho frequenta.

NA BASE, É A CIRCULAR FONTANET QUE DEVEMOS ATACAR !

« Banlieue » norte de Paris.

Entre muitas outras empresas da região, a fábrica X... emprega uns 2.000 operários de várias nacionalidades: franceses, portugueses, argelinos, espanhóis, marroquinos, jugoslavos... A maioria dos trabalhadores portugueses são jovens e cerca de 40% são desertores e refractários do exército colonialista.

Um destes dias, reunimo-nos num dos lares da empresa. Presentes, 4 operários portugueses e 1 espanhol, que trabalham na fábrica, 2 outros portugueses aguardam que o Ofício da Mão-de-Obra se pronuncie sobre o seu pedido de carta de trabalho. Os restantes, são 3 outros trabalhadores portugueses e 1 camarada francesa exteriores à empresa. Uns estão em França há anos, outros há poucos meses.

O tema da conversa é a situação dos desertores e refractários portugueses, face às novas leis que regem a emigração.



Fernando Cardeira, Marta e Silva, Artur Pita, Antonio Baltazar, Pais Mendes (tenentes da Academia Militar) e Sarmiento (aspirante miliciano), são os 6 oficiais que no dia 23 de Agosto de 1970 desertaram do exército colonialista. Numa declaração à radio inglesa BBC, afirmaram: « Nós apoiamos sinceramente os homens que, com armas na mão, lutam contra o exército colonial português em África ». Na foto, os 6 oficiais no momento em que atravessavam a fronteira Portugal-Espanha.

DESERTORES

NÓS

E A

FRANÇA

RAUL — Eu e o Manel viemos juntos e tivemos imensas dificuldades porque não tivemos ninguém que nos informasse bem. Íamos de um lado para outro numa correria... Chegávamos à Cimade⁽¹⁾, mandavam-nos para um lado. Chegávamos a outro, mandavam-nos ainda para outro lado... Finalmente, enviaram-nos para a Prefeitura de La Chapelle. Chegamos lá, recusaram-nos. Então um dia disseram-nos para ir à OFPRA⁽²⁾ onde preenchemos um dossier e de lá mandaram-nos para a polícia onde pedimos um récépissé. Eles deram-nos os papéis e tivemos que fazer as mesmas declarações. Agora, tenho uma carta de séjour³ por 3 meses até arranjar patrão.

MARIO — Eu cheguei com um passaporte válido. Fui à Cimade que me enviou para a polícia. Na polícia disseram-me que o meu caso era complicado, porque era menor e no dossier que preenchi para o refúgio, só disse que vim embora por causa da tropa. Disseram-me que não era suficiente o facto de não fazer a tropa. Logo me disseram que não valia a pena contar com o refúgio...

ARTUR — Eu tentei antes, ir para outros países. Mas na Holanda perdi os meus papéis portugueses e na Alemanha não me deixaram seguir viagem para a Suécia, por causa de ter perdido o passaporte. Resolvi então, voltar a Paris onde pedi refúgio. Já o pedi há 7 meses e ainda estou à espera da resposta. Sou desertor e disse no dossier que não fiz a tropa até ao fim e que não queria fazê-la de maneira nenhuma...

RAUL — Nós também ainda não temos resposta do refúgio. Metemo-lo há 2 meses e disseram-nos logo, que tínhamos que esperar muito tempo.

MANEL — A proposito do que estavas a dizer... Nós também dissémos que não fizémos a tropa, mas já nos tinham dito que isso não chegava para os tipos darem o refúgio. Então a gente contou uma história... Eu, por exemplo, disse que fazia parte dum grupo. Fazíamos reuniões, distribuíamos papeis, etc. E um dia, que um dirigente me telefonou a dizer para me pôr na alheta, porque a polícia andava à minha procura.

RAUL — Eu também fiz a mesma coisa...

MANEL — Mas o meu caso é diferente do teu. Porque eu tive que ir depois à polícia de X... e não sei se é por ser diferente da Prefeitura da Cité ou então eles não estão habituados a ver passar por lá desertores, o certo é que os gajos não me deram a convocação para o interrogatório. Mas agora na OFPRA, já me disseram que antes de terminar o récépissé, enviam-me um telegrama para casa a convocar-me...

JOAQUIM — Interrogatório ? ! ? !

RAUL — Sim... A mim já me chamaram na Cité. Depois de me terem passado o recepissé, deram-me uma convocatória para lá aparecer 8 dias mais tarde, para prestar declarações. Então estive lá com eles mais de uma hora e eles quiseram saber porque é que eu vim para França.

JOAQUIM — Eu pedi o refúgio em 1970 e deram-mo. Quando preenchi o dossier também me tinham prevenido que as razões militares não eram suficientes para obtê-lo e que teria que invocar outras razões do estilo: tive uma actividade na escola onde andava a estudar, fui perseguido pelas minhas ideias, quiseram meter-me na prisão, etc. Então eu fiz assim e acabaram por dar-me o refúgio. Mas ao Chico que preencheu o dossier ao mesmo tempo que eu não lho deram...

CHICO — É verdade... Eu disse que desertei. Estava na tropa e fugi e tive uma actividade anti-fascista em Portugal. No exército, por exemplo, como eu sabia que os tipos não me dariam o refúgio só pela deserção, disse que na tropa distribuía papéis contra a guerra colonial e que fora da caserna discutíamos com outros e que tentávamos agir contra o regime fascista. Depois mandaram-me uma resposta. Mandaram-me o bilhete de identidade a dizer que o meu pedido de refúgio político tinha sido recusado.

MARIO — A mim fizeram-me o mesmo, ficaram-me com o bilhete de identidade, mas ainda não me enviaram resposta.

CHICO — Se não to enviarem, passas pela OFPRA e pedes para saber se é sim ou sopas...

JOAQUIM — Quer dizer, em resumo. Quando chega um desertor ou refractário lá debaixo, ele dirige-se à polícia para pedir o récépissé e declara que quer pedir o refúgio político. Mediante esta declaração, eles dão-lhe um récépissé por 3 meses, não é? E depois vai-se à OFPRA preencher o dossier para o refúgio.

CHICO — Há uns que não. Há alguns que vão directamente à OFPRA pedir o refúgio e da OFPRA enviam-os à polícia. Depois com a prova de que pediram o refúgio, na polícia dão-lhes o récépissé.

ANNE — Há ainda outros casos. Tem havido casos de desertores e refractários que vão à polícia e declaram que querem pedir o refúgio e então eles passam-lhes um récépissé por 3 meses. Depois nunca mais aparecem na OFPRA para pedir o refúgio. E com o récépissé nas mãos, vão à procura dum patrão para lhes fazer a carta de trabalho. E quando tem trabalho, pedem uma carta de séjour, e tudo se passa como com um emigrante qualquer...

MARIO — Agora já não é tanto assim... Quer dizer depende dos momentos e dos comissariados que a gente vai ver. Eu conheço o caso de 4 rapazes amigos a quem a polícia recusou os papéis. Só lhos davam, quando eles aparecessem por lá com uma carta dum organismo que se ocupa dos refugiados, senão...

JOAQUIM — Vocês conhecem casos, a quem já recusaram o refúgio?

ARTUR — Parece que sim. Cá no nosso foyer, há dois casos de recusa recentes...

RAUL — E eles reclamaram?

CHICO — Quando eles mo recusaram a mim, disseram-me que tinha 1 mês para apresentar recurso.

MANOLO — O problema só se põe em França, ou por todo o lado onde há portugueses?

CHICO — Põe-se sobretudo em França, depois da circular Fontanet...

MANOLO — Temos que pensar numa solução para um caso extremo. Não há outros países que dão refúgio?

JOAQUIM — Sim, há a Belgica, a Holanda e a Suécia, que neste momento são os 3 países da Europa que acolhem melhor os desertores portugueses.

MANOLO — Mas que se passa com um rapaz que é obrigado a voltar para Portugal?

JOAQUIM — Se se volta ao país e é desertor, tem cadeia e depois é metido numa coluna disciplinar.

CHICO — É para o eliminar. É uma maneira indirecta de os matar...

MANEL — ... de os desmoralizar.

CHICO — Desmoralizá-los... até ir para o cemitério.

JOAQUIM — Mas até agora tem-se resolvido o problema. Em princípio, nos casos de expulsão, temos o direito de escolher a fronteira.

CHICO — O que é preciso saber, é que temos esse direito. Certos jovens desconhecem esse direito e deixam-se fazer. Se por acaso acontecer uma coisa dessas, cada um tem o direito de escolher a fronteira. Mas tem havido casos em que a polícia tem tentado fazer medo e certos desertores deixam-se intimidar e vão-se mesmo embora para Portugal.

JOAQUIM — O que é preciso é fazer saber imediatamente o caso. Por exemplo, os casos do Filipe Amorim e da Loretta Fonseca. Estavam ameaçados de serem expulsos...

LUIS — Melhor ainda, já tinham a ordem de expulsão!

JOAQUIM — Então eles falaram aos amigos, a outros trabalhadores franceses e portugueses. Fizeram-se manifestações, comícios, falou-se nos jornais... e o governo recuou. Porquê? Porque em volta deles houve um movimento de solidariedade e as pessoas saíram para a rua para exigir que esses camaradas não fossem expulsos. É isso que devemos continuar a fazer...

LUIS — A meu ver o objectivo dos desertores e dos refractários é lutar de todas as maneiras, para obrigar o governo francês a reconhecer ao refúgio político. Enquanto a malta não lutar verdadeiramente por isso, eles vão continuar a dar a uns e a não dar a outros.

CHICO — Quer dizer, um tipo quando chegar aqui e disser: «eu sou contra o governo português, não quero fazer a guerra colonial». Isso devera ser suficiente para ter o refúgio político.

MARIO — Mas porque é que eles não dão?

CHICO — Eles não dão precisamente, porque para começar, não há resistência nenhuma da nossa parte. Quer dizer, eles recusam o refúgio a ti ou a mim, e da nossa parte não há resistência nenhuma, porque estamos isolados e a nossa voz não chega a eles. Se o caso se souber, se houver papéis que digam isso, que a gente distribuiu às outras pessoas a contar o que se passa. Se a malta começa a fazer isso em vários sítios, a mandar para os jornais... Enfim, se a malta começa a organizar-se um bocadinho e a lutar seriamente, eles vão recuar. Não há duvida vão recuar. Porque se fazem manifestações com malta francesa, disposta a apoiar nesse ponto. E eu penso que existem vários prontos a fazê-lo. Então, desde o momento em que eles vêm que há uma reacção da nossa parte e que nos estamos atentos, os gajos vão recuar, certamente...

JOAQUIM — O que é preciso não esquecer, é que esta questão das dificuldades actuais dos desertores e refractários esta ligada à circular Fontanet. Porque antes, a malta entrava mais ou menos livremente e era tolerada. Com a circular Fontanet e a outra que se seguiu Gorse..., só temos um recurso é o refúgio político. Mas como acabamos de ver o refúgio político é a sorte grande, tanto anda como desanda, dão a uns e não dão a outros... Na base, é a circular Fontanet que devemos atacar.

MANOLO — Eu só queria dizer uma coisa antes de continuar. O governo francês com tal atitude, no fundo esta a ajudar a condenar à morte os jovens portugueses. E uma condenação à morte para um tipo que nao cometeu qualquer delito, nem em Portugal nem aqui. O seu único delito é de se ir embora para não fazer essa guerra porca. O governo francês esta a condenar uma atitude justa.

CHICO — E porquê? Porque o governo francês esta a ajudar a fazer essa guerra, dão dinheiro, dão armas, dão ajuda diplomática, investem capitais em Portugal e nas colonias... E então iam ajudar ao mesmo tempo os desertores portugueses que não querem fazer essa guerra? Há aí uma contradição formidável. Há aí a pressão do governo português: «então os senhores

ajudam-nos a fazer a guerra e vão depois receber a malta desertora? » Estas a ver? Os dois governos são cúmplices nessa guerra. É por isso que a França não quer dar refúgio aos desertores...

ANNE — ... portugueses. Porque a França está a dar refúgio a todas essas pessoas que vêm da Europa de Leste. Com essas pessoas não há problema, a França abre os braços com muitos sorrisos. Como o governo francês faz propaganda contra esses países, é evidente que todo o tipo que venha desses países é sempre bem acolhido.

PEDRO — Mas apesar de todas essas dificuldades, os desertores estão sempre a chegar. Na nossa fábrica, disseram-nos que iam ser empregados, mais 40 portugueses desertores e re ractários...

CHICO — É claro, por mais dificuldades que existam a resistência contra a guerra colonial cada vez aumenta mais. Esperemos bem que um dia não seja preciso desertar mais, e que lá em baixo, no país, a gente consiga organizar-se para lutar sem ter necessidade de sair. Mas como ainda não estamos nessa fase, temos de continuar a lutar... aqui. E lutar aqui neste momento, é lutar pela defesa dos nossos direitos. A gente tem de fazer de tal maneira que os desertores e refractários sejam reconhecidos como refugiados políticos, não esquecendo que na base destes problemas actuais há a circular Fontanet, a qual todos trabalhadores emigrantes estão interessados em fazer abolir.

1. CIMADE, serviço social criado pelas Igrejas Prtes:antes, 176, rue de Grenelle, 75007 Paris. Tél. 705.93.99.

2. OFPRA, Oficio Francês de Protecção aos Refugiados e Apatridas, 159-161, avenue de Neuilly - Neuilly-sur-Seine. Tél. 553.22.05.



**abaixo o exército
colonialista
assassino!**

NOTÍCIAS BREVES

FILME «CAETANO ASSASSINO»

«Caetano Assassino», é o título de um filme de 12 minutos em 8 m/m produzido e distribuído por Cinema Livre. Este filme é o testemunho da manifestação do 15 de Julho nas ruas de Londres quando da visita de Marcelo Caetano à Inglaterra. As pessoas interessadas na aquisição duma cópia do filme, devem enviar 5 libras (à volta de 52 Francos) a Claude Moreira, Cinema Livre, 140 a Camden High Street, Flat 3, London NW 1, Inglaterra.

ANTI-FASCISTAS PRESOS

Hermínio da Palma Inácio, um dos fundadores da organização política LUAR (Liga de União e de Acção Revolucionária) foi preso recentemente em Portugal onde tinha entrado clandestinamente.

Palma Inácio já tinha sido preso no norte em 1967, mas conseguira fugir pouco tempo depois da prisão da PIDE no Porto.

Foram interceptados no dia 23 de Agosto, no posto fronteiriço de Navas Frias pela Guarda Civil, um grupo de 6 portugueses que se dirigiam clandestinamente para Portugal. Segundo um comunicado da Pide divulgado no dia 8 de Novembro, quatro deles foram presos, conseguindo os outros dois fugir. O mesmo comunicado afirma que os furtivos foram mais tarde localizados e detidos em Portugal, bem como outros elementos a quem estavam ligados. Trata-se de Joaquim Alberto Lopes Simões, Gabriel Antunes Raimundo, José Horácio Pires Martins, José João Gago Semiao, Rafael dos Santos Galego e Ramiro Antunes, todos desertores do exército colonialista. Estes 6 desertores são acusados de pertencer à LUAR.

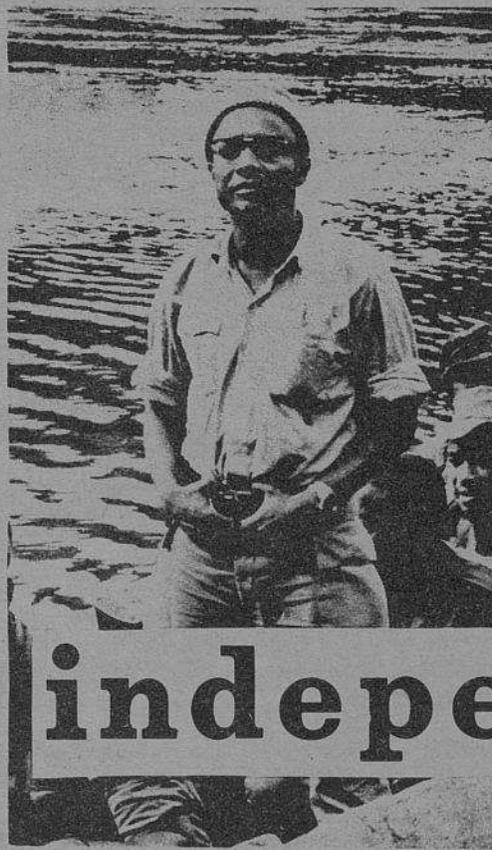
MAIS REPRESSÃO

Foram anunciadas em fim de Novembro, várias outras prisões entre elas de Luis Manuel Moita, antigo padre, membro da Comissão de Ajuda aos Presos políticos; de Nuno Teotónio Pereira, membro da mesma comissão, e de Manuel Serra, antigo dirigente católico progressista.

Segundo os «Pides» estas prisões relacionam-se com a prisão de H. Inácio Palma.

Com Inácio Palma, que segundo os «Pides» se preparara para ataques a postos de GNR e da PSP e as instalações militares, foram também presos António José Vieira Pinto, José Casimiro Martins Ribeiro, Fernandes Nunes Pereira, Luis Filipe Guerra, Ernesto Conceição Pereira, no dia 22 de Novembro, pelas 11,45 horas na Av. Duque de Avila em Lisboa.

pagina 16



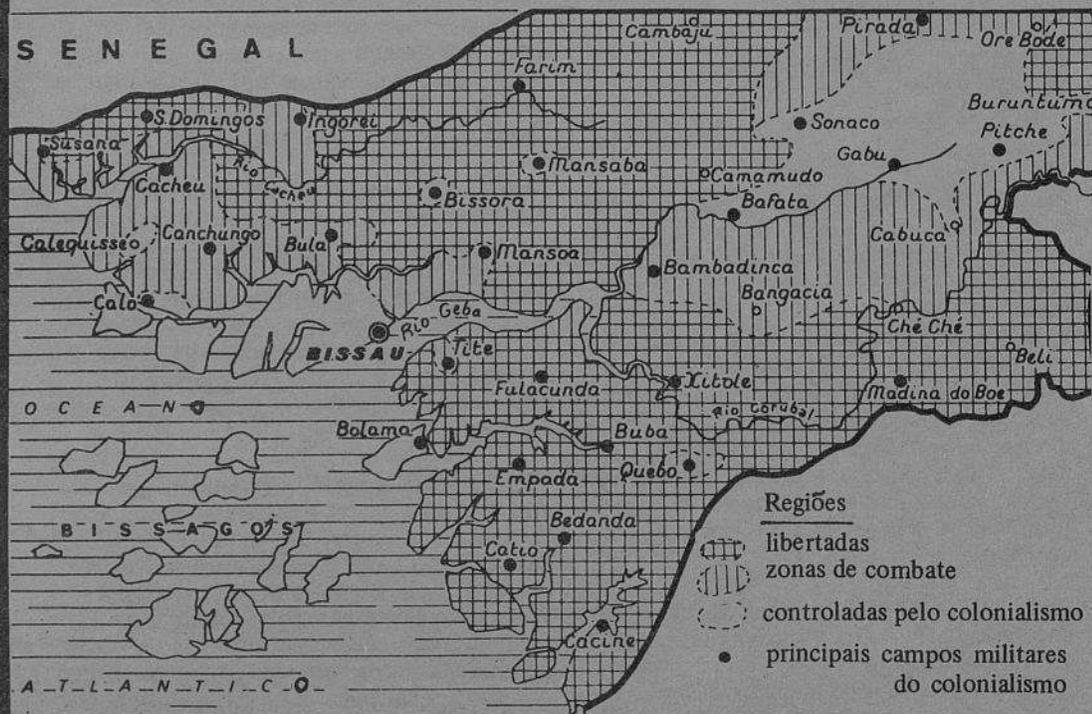
GUINÉ

independente

No dia 24 de Setembro deste ano, dez anos após o desencadeamento da luta armada contra o ocupante português a Guiné-Bissau declarou-se independente. A luta pela independência e soberania nacional do povo da Guiné e das ilhas de Cabo Verde, desencadeada e conduzida pelo PAIGC, foi, pouco a pouco, libertando do domínio português áreas cada vez maiores do território nacional guineense. Hoje, na altura da proclamação do novo Estado da Guiné-Bissau, mais de dois terços deste Estado estão completamente libertados do ocupante português. No restante território ainda sob o jugo político-militar dos colonialistas de Lisboa, o exército ocupante sofre cada vez mais derrotas, quer militares, quer políticas. Ali, como em Angola e Moçambique, a política dita de «pacificação» (pela metralhadora e pela palmada nas costas!) não resultou, nem resultará. O colonialismo português, como todos os outros, novos ou antigos, tem os seus dias contados. Por toda a parte a

aspiração de liberdade, pão e independência dos povos ainda submetidos à pata do opressor colonialista manifesta-se. As tropas enviadas de Portugal estão cada mais encurraladas nos quartéis, e nas cidades que transformaram em outros tantos quartéis, e há muito que não têm iniciativas de combate.

A proclamação da independência da Guiné-Bissau é um marco extremamente importante na luta pela independência e soberania nacional dos povos de África e da Ásia ainda submetidos ao jugo do colonialismo e do imperialismo. Como dizia Aristides Pereira, sucessor de Amílcar Cabral, no cargo de secretário geral do PAIGC em mensagem enviada à Assembleia Geral das Nações Unidas: «as autoridades e os órgãos do Estado Colonial Português exercem um poder ilegal». Doravante, e em termos de direito internacional, a exigência da retirada imediata do exército português não será só ditada por razões político-militares, mas também por razões jurídicas. O novo Estado





Luis Cabral no momento da declaração de independência

que já foi reconhecido na ONU por esmagadora maioria, tem tido o apoio de dezenas e dezenas de estados dos diferentes cantos do mundo. Só os cúmplices da agressão portuguesa como a França, o Brasil, a Espanha, os Estados Unidos e os países membros da Nato se recusam a reconhecer a existência da nova República da Guiné-Bissau.

Grandes e duras tarefas de consolidação da vitória esperam o povo da Guiné e de Cabo Verde. No aspecto da luta armada de libertação nacional é preciso continuar a lutar pela coesão no seio das forças populares armadas e manter sempre a ideia da necessidade de libertar o resto do território guineense e as ilhas de Cabo Verde. Há que começar a lançar a bases duma indústria e duma agricultura capazes de libertarem totalmente o país dos ocupantes que obrigaram o seu povo a séculos de fome e exploração. O grande espaço educacional que tem sido desenvolvido nas piores condições de trabalho, e paralelamente à luta armada, tem de ser nas piores condições de trabalho, e paralelamente à luta armada, tem de ser técnico-cultural que permita pôr ao seu serviço todas as técnicas necessárias ao seu desenvolvimento.

Para o povo português, esse povo que tem sido oprimido e explorado pela mesma burguesia colonialista-imperialista, e do seio do qual todos os anos alguns milhares de homens são obrigados a ir defender em África os interesses dos colonialistas e dos imperialistas, a independência da Guiné-Bissau é um estímulo para a sua própria luta de libertação, é um incentivo à continuação das lutas que nos últimos meses têm ganho grande dureza e amplitude.

DEZASSETTE ANOS DE LUTA

19 de Setembro de 1956: Amílcar Cabral e seis outros nacionalistas, entre eles Luiz Cabral e Aristides Pereira, fundam o Partido Africano para a Independência da Guiné e das ilhas de Cabo Verde.

3 de Agosto de 1959: a primeira greve dos

estivadores do porto de Pidjiguiti, em Bissau, organizada pelo P.A.I.G.C., termina com um massacre dos manifestantes pela polícia, exército e alguns residentes colonialistas: mais de 50 mortos.

19 de Setembro: Os dirigentes do P.A.I.G.C. decidem passar à acção directa contra a dominação colonialista.

Novembro de 1960: o P.A.I.G.C. faz um ultimatum ao governo para que este proceda à liquidação pacífica da dominação colonial.

Agosto de 1961: Início das sabotagens contra as instalações colonialistas, no Sul.

23 de Janeiro de 1963: Ataque à caserna de Tite.

Julho de 1963: O P.A.I.G.C. decide organizar a luta nas ilhas de Cabo Verde.

Janeiro-Março de 1964: Numa altura em que o Sul está totalmente isolado, os guerrilheiros atacam a ilha de Como, a sudoeste, obrigando à retirada das tropas colonialistas.

13-17 de Fevereiro de 1964: Primeiro Congresso do P.A.I.G.C. em zonas libertadas.

Novembro de 1964: Alargamento da luta à frente Este.

Agosto de 1965: Primeira visita duma missão da O.U.A. às zonas libertadas.

Dezembro de 1965: Criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) pelo P.A.I.G.C.

Julho de 1967: Primeira emissão da Radio de Libertação do P.A.I.G.C., a partir da Guiné-Conakry e do Senegal.

5 de Fevereiro de 1968: Com a tomada do forte de Madina Boé acaba a libertação do Sul e Sudeste do país.

19 de Fevereiro de 1968: Ataque ao aeroporto a 10 km de Bissau.

24 de Junho de 1969: O comité de descolonização da O.N.U. exige a Portugal a retirada de todos os territórios africanos.

18 de Agosto de 1969: Cinco desertores portugueses, apresentados imprensa por Amílcar Cabral em Alger, denunciam as atrocidades cometidas pelas tropas sob o comando dos colonialistas portugueses.

22 de Novembro de 1970: durante a tentativa de desembarque em Conakry de

tropas colonialistas, com o apoio do imperialismo, alguns morteiros atingem a casa de Amílcar Cabral, que então estava ausente.

Agosto de 1971: O conselho superior da luta decide eleger, nas regiões libertadas, uma Assembleia Nacional que deverá proclamar o Estado da Guiné.

2-9 de Abril de 1972: Uma missão da O.N.U. vai à Guiné a convite de Amílcar Cabral, onde verifica que o P.A.I.G.C. é o representante autêntico e único do povo dos territórios libertados.

6 de Maio de 1972: Ataque e destruição parcial do posto emissor de Radio de Nhacra, o mais potente da Guiné, a 25 km de Bissau.

Agosto-Outubro de 1972: Eleição de 80 membros da Assembleia Nacional e de 40 quadros do P.A.I.G.C.

22 de Novembro de 1972: O P.A.I.G.C. obtém o estatuto de observador na O.N.U.

8 de Janeiro de 1970: Amílcar Cabral declara numa reunião da O.U.A. que a « Guiné-Bissau é comparável a um Estado independente de que uma parte do território — simplesmente as cidades — é ocupada por forças militares estrangeiras ».

20 de Janeiro de 1973: Assassinato de Amílcar Cabral em Ratoma (Conakry).

Fevereiro-Julho de 1973: Em nome do chefe assassinado, as Forças Armadas Revolucionárias de Povo (FARP) lançam uma grande ofensiva, utilizando pela primeira vez mísseis terra-ar contra a aviação. Em cinco meses vinte aviões são abatidos, sendo morto o comandante da força aérea colonialista.

Julho de 1973: Segundo Congresso nas regiões libertadas da frente Este, em que se confirma a proclamação do Estado antes do fim do ano. Aristides Pereira é eleito secretário geral do Partido e Luiz Cabral, secretário geral adjunto.

24 de Setembro de 1973: às 8 h 55, em Boé, no Sudeste do país, é proclamada a REPUBLICA DE GUINÉ-BISSAU. Luiz Cabral é eleito Presidente do novo Estado africano.



PALESTINA: 25 ANOS DE RESISTENCIA E EXILIO

No dia 6 de Outubro, desencadeava-se no Médio Oriente um novo conflito de grande envergadura entre Israel e os países árabes. E a quarta vez no espaço de 25 anos, que os agressores israelitas levam a cabo uma guerra de agressão contra as populações árabes.

A 1ª guerra de agressão israelita foi desencadeada no dia 15 de Maio de 1948 e terminou em Fevereiro de 1949. No decorrer desta 1ª agressão, Israel ocupou mais de metade da zona árabe que pertencia ao povo palestino e a parte oeste da cidade de Jerusalém, numa superfície total de 6.700 km², expulsando das suas terras e dos seus lares centenas e centenas de milhares de árabes.

A 2ª agressão teve lugar no dia 29 de Outubro de 1956. Israel ocupou provisoriamente a banda de Gaza e a península do Sinai, tendo sido obrigado a abandonar estas regiões em 8 de Março do ano seguinte.

A 3ª guerra de agressão rebentou no dia 5 de Junho de 1967. Esta agressão, chamada « guerra dos seis dias », terminou com a ocupação de mais 65.000 km² do território árabe e obrigou mais de meio milhão de árabes a abandonarem as suas terras e a procurar refúgio noutros territórios. As novas regiões ocupadas pelo imperialismo sionista foram, a margem oeste do rio Jordão, a parte da cidade de Jerusalém que se encontrava sob o controlo da Jordânia, a península do Sinai e o planalto do Golão na Síria.

3 MILHÕES DE REFUGIADOS

O resultado da presença do sionismo na Palestina desde o início deste século, bem como das agressões armadas de grande envergadura, fez com que o povo palestino fosse expulso da sua pátria e ficasse destituído de todos os seus direitos nacionais. Na hora actual existem mais de 3 milhões de palestinos refugiados nos países vizinhos, vivendo em campos de refugiados. O povo palestino que vivia instalado nesta região do mundo, em perfeito acordo com outras comunidades desde há 13 séculos, foi pura e simplesmente corrido pelo ocupante sionista vindo principalmente da Europa.

Se os colonizadores sionistas puderam concretizar tal projecto, isto deve-se sobretudo ao apoio que desde sempre receberam dos países imperialistas. Primeiramente dos ingleses, depois dos alemães e hoje em particular dos americanos.

O QUE É O SIONISMO ?

O sionismo é uma teoria que apareceu nos fins do século passado, cujo objectivo definido em 1897, consistia em criar um estado nacional judeu na Palestina, no qual os judeus do mundo inteiro deveriam reagrupar-se nas bases exclusivas da raça e da religião. O argumento histórico que avançam os sionistas para justificar tal pretensão, é o facto de que a Palestina era habitada há 2.000 anos pelos judeus, antes de se dispersarem pelo mundo fora.

Assim, para alcançarem tal objectivo, os sionistas lançaram-se numa campanha de colonização da Palestina para edificar o chamado Estado de Israel, recorrendo à força armada e ao terror para forçarem as populações árabes a abandonarem os seus territórios.

Contrariamente aos outros colonizadores europeus que se lançaram igualmente na conquista doutros territórios em África e na Ásia, os colonizadores sionistas não procuraram coexistir com as populações indígenas. Para o sionismo, o grande objectivo era dotar o chamado « povo

eleito » dum Estado inteiramente judeu, no qual não haveria para as populações árabes lugar, nem para viver, nem para trabalhar. Por isso mesmo, o estado israelita, é um estado racista.

Na medida em que o sionismo procura com a criação artificial do Estado de Israel criar um lar para todos os judeus do mundo, o seu objectivo é recorrer às imigrações massivas. Tanto Herzl, fundador do sionismo, como um dos seus principais discípulos, Ben Gurion, afirmam que o sionismo só atingirá os seus objectivos quando reagrupar o conjunto dos judeus. Assim, o principal inimigo do sionismo é a « assimilação » das comunidades judaicas no mundo por outras sociedades, que faria perder a « pureza da raça » e eliminaria a « nação judaica ». No ver do sionismo não são nem a religião nem a língua que constituem a identidade nacional dos judeus, mas uma suposta origem ancestral comum. Com efeito, a maioria dos sionistas não são praticantes e a própria língua só começou a ser falada com o aparecimento do sionismo.

Os sionistas e Ben Gurion em particular, tem afirmado que a existência de Israel nas suas fronteiras actuais, não é mais do que « uma parte do Grande Israel que deve estender-se das margens do Nilo às margens do Euphrates ». Quando os dirigentes actuais, reclamam « fronteiras seguras e reconhecidas », estas palavras escondem apenas as suas verdadeiras intenções de domínio e expansão territorial, como aliás o tem provado através das sucessivas guerras de agressão contra os países árabes vizinhos. O estado israelita, é um estado expansionista e imperialista.

A COLONIZAÇÃO DA PALESTINA

Os primeiros esforços da colonização sionista começaram nos fins do século passado, com os contactos tomados com o Sultão do Império Otomano, que na época tinha o controlo político da Palestina. Estes

primeiros esforços destinados a criar uma colónia sionista autónoma na Palestina foram sem grandes resultados. No começo da 1ª grande guerra mundial, os colonos sionistas eram uma infima minoria constituindo apenas 1% do total dos judeus no mundo que representavam 8% do total da população vivendo na Palestina e possuindo 2,5% das terras.

A 1ª guerra mundial prepara o terreno para uma aliança, concluída em 1917, entre os colonizadores sionistas e o imperialismo inglês que passou a governar a Palestina e abriu as portas a uma imigração massiva de colonos sionistas. Durante os 30 anos em que a Palestina esteve sob o Mandato do império britânico, a comunidade sionista passou de 56.000 colonos em 1917 a 700.000 em 1948, constituindo 1/3 da população e possuindo 5,67% das terras.

A LUTA DO POVO PALESTINO ...

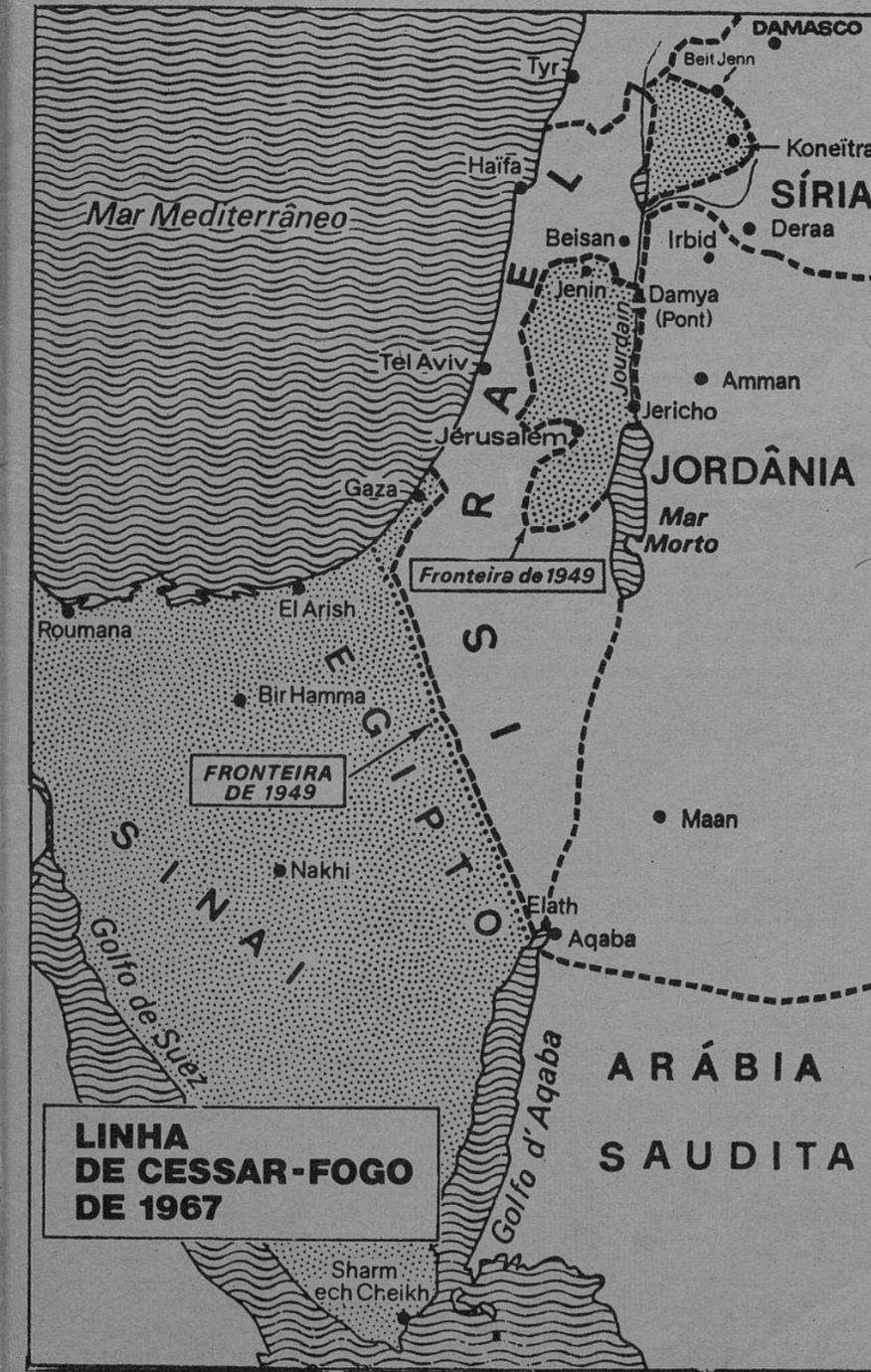
Desde a primeira hora que o povo palestino opôs à colonização sionista, uma resistência decidida que se foi afirmando e radicalizando à medida que o imperialismo israelita mostrava a todos os povos do mundo o seu carácter racista, militarista e expansionista. A resistência palestina, agrupada desde 1964 em torno da O.L.P., Organização da Libertação da Palestina⁽¹⁾, luta contra o inimigo sionista pela criação dum Estado independente, democrático e laico, onde as populações de religião judaica, católica e mussulmana terão igualdade de direitos e aí viverão em paz e liberdade.

... E DOS JUDEUS ANTI-SIONISTAS

Mas a resistência e a luta contra o invasor sionista não só são levadas a cabo pelas populações árabes e palestinas, mas também pelos próprios judeus do mundo que não se identificam com o sionismo. O sionismo

pretende reunir debaixo da mesma bandeira os judeus ricos e pobres, operários e patrões negando que haja interesses diferentes entre eles. Mas cada vez mais, os trabalhadores judeus ou de origem judaica, fazem ouvir a sua voz contra os crimes dos capitalistas e imperialistas judeus que no Médio Oriente oprimem e massacraram o povo palestino.

Os processos de Haifa que duraram do dia 25 de Fevereiro ao dia 28 de Maio de 1973, constituem um bom exemplo da luta que se desenvolve no interior da Palestina ocupada, levada a cabo pelos judeus e árabes. Com efeito, estes primeiros processos em tribunal dum organização judeo-árabe, condenaram um total de 33 pessoas, operários, camponeses e intelectuais revolucionários árabes e judeus, a penas de prisão de 5 a 17 anos. Todos afirmaram em tribunal o seu ódio ao sionismo e ao imperialismo e manifestaram o seu apoio à Revolução Palestina.



TERRITÓRIOS OCUPADOS EM 1967

A luta dos povos árabes, palestinos e judeus anti-sionistas contra Israel e o imperialismo é uma luta justa que encontra o apoio dos outros povos do mundo.

A LUTA CONTINUA

O boletim « Palestine Informations »⁽²⁾, publicou no nº 20 do dia 11 de Novembro, uma entrevista com um militante da Organização da Libertação da Palestina (OLP), sobre as actividades militares da Resistência Palestina durante a guerra iniciada no dia 6 de Outubro. O militante da OLP declara logo de início : « Desde 1967, a Resistência Palestina nunca cessou de desenvolver a luta armada. Com efeito, do 1º de Agosto de 1972 até ao 31 de Julho de 1973, a Resistência efectuou 367 operações. Aliás, o inimigo sionista foi obrigado a reconhecer 239 destas operações. No decorrer desta última guerra de libertação a Resistência foi informada da eminência quase segura dos combates. Desde o dia 6 de Outubro, a Resistência participou nos combates em todas as frentes e igualmente na Palestina ocupada ».

O militante da OLP, traça em seguida um balanço provisório das actividades militares desenvolvidas nas quatro frentes de batalha : Síria, Sul do Líbano, Egipto e Jordânia, concluindo : « O grosso das operações militares da Resistência, efectuaram-se na Palestina ocupada (...) Na Palestina ocupada desde 1948, foram levadas a cabo 45 « operações em profundidade » na zona que vai de Tel-Aviv até ao Alto da Galiléia. A operação mais importante, foi a destruição dum autocarro que transportava pilotos militares. Ainda duas operações importantes, foram aquelas que destruíram parcialmente duas fábricas de armamento (granadas e armas ligeiras). No Alto da Galiléia tiveram lugar o maior número de operações dos Fedayin (guerrilheiros palestinos). A mais importante foi o ataque à colónia de Matalla ».

Após ter posto em destaque a presença da Resistência Palestina nas frentes de combate intensificando a guerra de guerrilhas, o militante da OLP, denuncia as tentativas dos sionistas, tanto no interior como no estrangeiro, tendentes a desacreditar e a monospresar a sua real participação nos combates.

« Em conclusão, logo que Yasser Arafat, comandante em chefe das forças armadas da Resistência Palestina, deu ordem ao conjunto das forças da Resistência de participar desde o primeiro dia de batalha, ele exprimiu claramente a vontade do povo palestino e das massas árabes de combater o inimigo e de continuar a luta armada ».

(1) A Resistência Palestina difunde as suas publicações em França por intermédio da Livraria Palestina - 24, rue de la Réunion, 75020 Paris.

(2) Palestine Informations - 11, rue Jean de Beauvais, 75005 Paris.



A presença de Portugal na Feira Comercial e Industrial de Lausanne (« Comptoir Suisse ») que decorreu nos princípios do mês de Setembro, desencadeou em toda a Suíça uma campanha de denúncia do fascismo e do colonialismo português.

Foi principalmente nas grandes cidades como Zurique, Genebra e Lausanne que a campanha foi mais importante, dada a actividade desenvolvida pelas organizações políticas aí presentes e pela simpatia que a população demonstrou para com as lutas heroicas dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Esta campanha unitária teve o apoio de todos os partidos de esquerda da Suíça que estiveram presentes em todas as manifestações públicas, com especial relevo para o GTAAP, Grupo de Trabalho África Austral Portugal que centralizou e coordenou uma boa parte da actividade de propaganda e sensibilização da opinião pública suíça.

A AGITAÇÃO NAS PRINCIPAIS CIDADES

Durante os primeiros quinze dias do mês de Setembro foram distribuídos milhares e milhares de panfletos. As cidades encheram-se de cartazes e inscrições contra a presença de Portugal na Feira de Lausanne e denunciando a cumplicidade do governo suíço nas guerras coloniais. Foram lançadas petições públicas pedindo a expulsão de Portugal da Feira de Lausanne e bastaria ter recolhido um milhão de assinaturas para ter impedido a sua presença. Os escritórios da TAP em Zurique foram ocupados durante algumas horas por alguns militantes do grupo C.L.P., Comité de Ligação Política.

Organizaram-se exposições importantes de fotografias e documentos relativos às lutas do povo português e dos povos das colónias. Projectaram-se filmes sobre as guerras de libertação e houve igualmente alguns comícios dedicados aos trabalhadores emigrantes. Na noite de sábado, 15 de Setembro, realizou-se uma festa popular

O boletim « Guerra à Guerra » do Comité de Desertores Portugueses de Malmö/Lund da Suécia⁽¹⁾, relata no seu n.º 7 de Outubro, a deserção de cinco marinheiros duma fragata portuguesa que ancorou em diversos portos da Dinamarca, no decorrer das manobras da Nato. Trata-se de Alberto Veríssimo, António Antunes Santos, Damião Monteiro, Alfredo Trindade e Antonio Leitão.

Um dos marinheiros desertores, António Antunes Santos, 20 anos, mecânico, relata o acontecido da seguinte maneira: « Os nossos projectos de deserção começaram em Lisboa quando o Alberto Veríssimo foi obrigado a cumprir mais 2 anos de serviço militar depois de já ter cumprido o tempo obrigatório. Isto poderia vir a acontecer também comigo. Como andávamos em manobras da Nato, a nossa única possibilidade era desertar para um país que não pertencesse à Nato. Foi portanto na Dinamarca que pusémos em prática os nossos planos de deserção para a Suécia.

As dificuldades não foram pequenas, pois até nos proibiram de vir visitar a Suécia. Claro que desobedecemos a estas ordens e foi assim que em Malmö contactamos e obtivémos apoio de portugueses que encontramos, e do Comité de Desertores Portugueses de Malmö/Lund.

Depois destes contactos, voltamos ainda a bordo e espalhamos a notícia por mais alguns



FORA COM O FASCISMO PORTUGUÊS DA FEIRA DE LAUSANNE !

especialmente dedicada aos trabalhadores portugueses emigrados na Suíça, com a presença de cantores progressistas.

3.000 MANIFESTANTES EM LAUSANNE

No dia 1 de Setembro, 500 pessoas responderam ao apelo das organizações anti-colonialistas e desfilaram nas ruas de Zurique. Na sua maioria, os manifestantes eram jovens estudantes dos liceus desta cidade.

Mas entre as manifestações de rua realizadas nesta ocasião, a mais importante realizou-se no dia 8 de Setembro em Lausanne, onde estiveram presentes mais de 3.000 pessoas aos gritos: « Viva a luta do povo português », « Abaixo o fascismo », « O fascismo português fora da feira », « Viva a luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique ». Durante a manifestação registaram-se encontros violentos com a

policia, sobretudo quando uma parte dos manifestantes tentou penetrar no recinto da Feira que estava guardado por importantes forças da policia.

Apesar de todas estas manifestações contra o governo fascista português, não conseguiu impedir a sua presença na Feira de Lausanne. No entanto, durante todo o decorrer da Feira foram levadas a cabo várias acções no interior mesmo do stand português, com o objectivo de sabotar a sua presença.

Uma vez mais, os representantes do governo português puderam verificar como a sua politica e a sua presença em África é odiada e combatida por toda a parte. Desta vez, a juventude suíça em particular, e os trabalhadores emigrados na Suíça, vieram para a rua manifestar o seu apoio às lutas do povo português e dos povos das colónias e exigir a expulsão de Portugal da Feira de Lausanne.

SUÉCIA

cinco marinheiros portugueses desertam

camaradas: Primeiramente desertamos só três de Compenhague. Uma das dificuldades foi que um dos camaradas estava preso a bordo e outro detido e de serviço. Por isso não pudémos sair legalmente pela « prancha », onde estão os guardas de sentinela, e tivemos que arriscar ser alvejados a tiro fugindo por uma corda.

Depois de nós, mais dois camaradas seguiram o nosso exemplo quando a fragata voltou a atracar em Fredrikshamn (Dinamarca).

Durante todo o tempo que a fragata « Almirante Magalhães Correia » esteve atracada no porto de Fredrikshamn, o Comité de Desertores da Dinamarca⁽²⁾ distribuiu vária propaganda contra a guerra colonial entre os marinheiros, que deram o melhor acolhimento a esta iniciativa.

MANIFESTAÇÕES CONTRA A NATO NA HOLANDA

António Antunes Santos, acrescenta ainda: « Se no princípio muitos de nós andávamos enganados, fomos aprendendo a ver as coisas. Assim por exemplo posso contar o que aconteceu na Holanda. Eramos para atracar em Amsterdão mas não chegamos a atracar porque estavam previstas grandes manifestações contra a Nato e contra o colonialismo português. Fomos para outro porto holandês e apesar das dificuldades impostas aos manifestantes eles ainda obtiveram grande êxito. A bordo do navio reinava um ambiente de medo. Os oficiais e sargentos xicos diziam-nos que quando saíssemos a terra não devíamos dizer que eramos portugueses mas sim espanhóis. Estivémos de prevenção com mangueiras de água para dispersar as tentativas de manifestações.

E éramos nós obrigados a estar de sentinela contra os manifestantes!

Os fascistas obrigam-nos a defender os interesses deles. E eles sabem bem que estão a fazer uma guerra injusta e condenada à derrota ».

(1) Comité de Desertores da Suécia - Monbijougatan, 16 A - 21153 Malmö.

(2) Comité de Desertores da Dinamarca - Raadhustræde, 13 - 1466 Copenhague K.